


BRASIL HOJE E AMANHÃ NA DIVISÃO PLANIFICADA DO TRABALHO

BRAZIL TODAY AND TOMORROW
IN PLANNED DIVISION OF LABOUR

BRASIL HOY Y MAÑANA EN
LA DIVISIÓN PLANIFICADA DEL TRABAJO

João Victor Moré Ramos¹

 0000-0002-6622-1477

jaumbgood@gmail.com

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é professor no Instituto Federal de Santa Catarina – Campus Jaraguá do Sul – Centro. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6622-1477>. E-mail: jaumbgood@gmail.com.

Artigo recebido em setembro de 2023 e aceito para publicação em dezembro de 2023.



Este artigo está licenciado sob uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: Neste artigo procura estabelecer um exercício sistemático dos caminhos e tendências dignas de antecipação às inúmeras crises cíclicas ulteriores do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, e suas possíveis implicações nas distintas e desiguais formações sociais que recobrem o mundo. Longe da justaposição entre as contradições fundamentalmente nacionais e os problemas que remetem ao desenvolvimento das forças produtivas, é no progresso técnico expressado pelas relações desiguais de centro-periferia que se encontram as respostas aos desafios e as contradições lançados à longa marcha dos povos (subalternos) em superar a “via da supremacia” pela capacidade de tomar em suas mãos o seu próprio destino. Por certo, se trata naturalmente da transição do capitalismo (imperialismo) ao seu estágio superior (socialismo) da humanidade ainda em vias de gestação nesse século XXI.

Palavras-chave: Imperialismo. Divisão Planificada do Trabalho. Industrialização.

ABSTRACT: This article seeks to establish a systematic exercise of the paths and trends worthy of anticipating the countless subsequent cyclical crises in the development of brazilian capitalism, and their possible implications in the different and unequal social formations that cover the world. Far from the juxtaposition between the fundamentally national contradictions and the problems that refer to the development of the productive forces, it is in the technical progress expressed by the unequal relations between center and periphery that the answers to the challenges and contradictions launched in the long march of the (subaltern) peoples are found in overcoming the “way of supremacy” through the ability to take your own destiny into your own hands. Of course, it is naturally about the transition from capitalism (imperialism) to its higher stage (socialism) of humanity still in the process of gestation in this 21st century.

Keywords: Imperialism. Planned Division of Labour. Industrialization.

RESUMEN: Este artículo busca establecer un ejercicio sistemático de los caminos y tendencias dignos de anticipar las innumerables crisis cíclicas posteriores en el desarrollo del capitalismo brasileño, y sus posibles implicaciones en las diferentes y desiguales formaciones sociales que recorren el mundo. Lejos de la yuxtaposición entre las contradicciones fundamentalmente nacionales y los problemas que se refieren al desarrollo de las fuerzas productivas, es en el progreso técnico expresado por las relaciones desiguales entre centro y periferia donde se encuentran las respuestas a los desafíos y contradicciones lanzados en la larga marcha de los pueblos (subalternos) se encuentran en la superación del “camino de la supremacía” a través de la capacidad de tomar en sus propias manos su propio destino. Por supuesto, se trata naturalmente de la transición del capitalismo (imperialismo) a su etapa superior (socialismo) de la humanidad aún en proceso de gestación en este siglo XXI.

Palabras clave: Imperialismo. División planificada del trabajo. Industrialización.

INTRODUÇÃO

Situar o desafio do desenvolvimento econômico e social brasileiro, - considerando que até os anos 1980 este país havia se transformado em uma pequena potência industrial mundial e, logo adiante, passou por um brutal processo de desindustrialização nesse início do século XXI - não seria possível através de uma mera tarefa econométrica, ou uma simples sociologia generalizante (MAMIGONIAN, 2018) como quer Soares² (2014a, p.135), que afirma categoricamente que a derrota política e ideológica da esquerda brasileira em 2016 se deu por conta de um simples erro conceitual de linguagem enquanto “expressão prática da consciência”.

Se tomarmos a *intelligentsia* brasileira como ponto de partida, é mister voltar-se atenção aos reais problemas nacionais exercidos pela grande política nas continuidades e descontinuidades do processo histórico, ressaltando, sobretudo suas dívidas com o passado, pois se almeja aqui, na perspectiva de um moto-contínuo, decifrar a realidade concreta em suas múltiplas esferas e especificidades, contribuindo assim, com sua efetiva transformação. Muitas vezes, o elogio às derrotas do passado, e seus respectivos obstáculos como “única rota para as possíveis vitórias” (SANTOS, 1997, p.17), incorre no equívoco de assumir apostasias como processos cristalizados e não transitórios da própria História (MAMIGONIAN, 2014).

Ao longo do século XX, o pensamento independente de Ignacio Rangel nos legou que “a verdade é uma arma prodigiosa”, ao passo que a “luta deve começar, portanto, pela liquidação desses equívocos”, isto é, a necessidade de substituir a contrarrevolução pelo planejamento econômico (RANGEL, 1986b, p.16). Dito de outro modo, se o gigantesco esforço da industrialização brasileira fora erigido sob a máxima do “acertar por equívocos” (RANGEL, 1986c), na qual soubemos superar todas as nossas crises de decisão ao longo desse virtuoso processo, - basta lembrar a introdução do instituto de correção monetária que preparou o “milagre de Delfim” – não há mais dúvidas que as chances de resolver os atuais erros e os problemas de nossa realidade nacional a *currente calamo* estão na ordem do dia. Afinal, a concessão dos serviços de utilidade pública à iniciativa privada é condição *sine qua non* no combate a inépcia do pensamento nacional, pois “quem não sabe que o Brasil é useiro e vezeiro em acertar por equívocos, não sabe da missa a metade” (RANGEL, 1987b, p.64).

Ora, em “Dialética do Subdesenvolvimento”, Ignácio Rangel (1968, p.6), atento às ciências de vanguarda, sobretudo, ocidentais, chamou atenção para os problemas intrínsecos a intelectualidade latino-americana restrita a modelos e “certas super-simplificações” acadêmicas em busca de “sugerir princípios programáticos” como alternativas ao subdesenvolvimento, bem como ao próprio marxismo³. No caso brasileiro, por exemplo, há “muita gente que gostaria de se passar por marxista – numa época em que se tornou moda ser revolucionário” e “vive de fato em plena neblina alquimista, no que concerne à apreciação dos fenômenos sociais, isto é, da história”. Ao fim e ao cabo, esta intelectualidade não se dá “o trabalho de indagar se as opções que propõem estão ou não incluídas no leque das possibilidades objetivas” e “imaginam-se chamados a rearrumar demiürgicamente todo o mundo” (RANGEL, 1968, p.6-8).

Diante desse quadro acima esboçado, pretende-se nesse artigo discutir todo o problema da luta anti-imperialista colocada nesse início do século XXI que se expressa, a rigor, homogênea e generalizada a reboque do pensamento único neoliberal, e desconsidera a própria dialética da dualidade inerente as relações centro-periferia que, por assim dizer, adquire um conteúdo objetivamente reacionário - que preserva ou restaura “velhas estruturas pré-capitalistas... hostis ao desenvolvimento das forças produtivas” (RANGEL, 1968, p.4). Outrossim, levando em conta a apostasia como um aspecto de “brevidade” nas crises inerentes as mudanças de fases dos ciclos de Kondratiev (RANGEL, 1990a, 1991a), procura-se também aqui, situar os reais desafios da conjuntura econômica brasileira na divisão planificada do trabalho, que tem em suas origens o nacional-desenvolvimentismo como antítese dos modelos teóricos “europeizantes” forjados pela angústia da influência como bem assinalou Bloom (1991).

Com efeito, seria cabível perguntar qual o papel do Brasil diante dos desafios atuais na transição imperialismo-socialismo no século XXI exposto pela rivalidade entre os EUA e a China? Teria o Brasil condições de retomar o caminho do vitorioso Projeto Nacional de Desenvolvimento ainda nessa primeira metade do século XXI, queimando etapas do desenvolvimento econômico em resposta a aquilo que Rangel definiu como a tarefa da “revolução brasileira” na consolidação de sua 4ª Dualidade? (RANGEL, 1984, p.87). Ademais, dado o aspecto geográfico de continentalidade do território nacional, o Brasil será capaz de liderar a conformação de um mega-estado sul-americano a partir de um novo quadro regional estabelecido por uma política de “substituição supranacional de importações” (RANGEL, 1982a, p.36) nessa fase depressiva do 4º ciclo longo de acumulação que se estende nesse primeiro quartel do século XXI?

PROJETO NACIONAL BRASILEIRO: UM DEBATE EM CURSO

Qualquer tentativa de responder as questões acima colocadas pelo exercício de futurologia, seja em matéria das ciências sociais ou naturais, corre o risco de se limitar as anedotas da personagem Leokadja Begbick na comédia “Um homem é um homem” de Bertolt Brecht onde se diz que “de todas as coisas certas, a mais certa é a dúvida” (BRECHT, 1991, p.193). Para isso, como uma das medidas necessárias para superar a era de incertezas instalada na América Latina e no Brasil nesse primeiro quartel do século XXI, adotaremos como ponto de partida o critério científico e metodológico que Visconde de Mauá atribuiu como “força das circunstâncias”, substituindo o bom senso nacional “pela investigação sistemática de nossas peculiaridades” (RANGEL, 1957b, p.20).

De fato, a adoção desse critério científico, a dualidade brasileira por excelência, dado a complexidade em que se movem as leis da ciência no tempo e no espaço pela inquietação criadora, permite nos situar ao lado dos fatos e da conjuntura, ao mesmo tempo em que exercemos uma espécie de força gravitacional ao lado da ciência de nosso tempo, a saber: o materialismo histórico encampado atualmente pelo Príncipe Moderno Chinês.

É característica comum no processo histórico recorrer-se constantemente ao exercício de futurologia como caminho viável de antecipar, ou até mesmo modelar o futuro. Inúmeros são os exemplos de previsões que ao longo do tempo lograram atingir

certo grau de proximidade aos enunciados apresentados, mesmo que em épocas ulteriores. Antes da evolução das ciências, a astrologia viveu momentos de prestígio na direção das sociedades primitivas que levantavam suas hipóteses em busca de decifrar o mundo, bem como suas realidades particulares. Mas, só foi com a ascensão da burguesia inglesa em meados do século XVII que a futurologia encontrou seu desfecho mais acabado universalizando-se em todas as ciências – uma vez que estas se dedicavam a “definir as leis que governam certa ordem de processos” (RANGEL, 1982a, p.108).

É diante desse compromisso social que Andrade (1992, p.148) dirá que o exercício de futurologia é um “saber muito incerto e dependente do próprio processo evolutivo, que se faz de forma não linear, cheio de avanços e recuos de difícil previsibilidade” (ANDRADE, 1992, p.148). Em contraponto a essa afirmação, Delfim Netto sustenta que, a futurologia não passa de uma mera proposição “metafísica de longo prazo” (DELFIN NETTO, 1970, p.3), pois o “futuro não está contido no passado” (DELFIN NETTO, 2016).

Se estamos de acordo com Andrade (1992b), é possível dizer que se partimos de premissas que corroboram a existência concreta de uma “lei geral do processo histórico” combinadas a uma segunda lei do desenvolvimento de ritmos desiguais deste mesmo processo (TROTSKY, 2007, p.21), não resta dúvidas da possibilidade de estabelecer análises econômico-sociais buscando compreender “o futuro como história”, que, segundo Antônio Barros de Castro diz nada ter “de metafísico” (CASTRO, 1988, p.12-13).

No entanto, é preciso considerar as advertências de Rangel, sob o exercício de futurologia como não necessariamente científica, apoiada, sobretudo em profecias e ficções, que nem sempre condicionaram o desenvolvimento “num sentido progressista” (RANGEL, 1982a, p.109). Segundo Rangel, a técnica é a peça central da engrenagem no progresso científico, e por assim dizer, no desenvolvimento desigual e combinado das forças produtivas sociais em diferentes escalas no tempo e no espaço. Supor que um país terá um mesmo ritmo determinado de desenvolvimento no futuro, pelos seus feitos do passado, é não levar em conta o “acelerado prosseguimento da histórica corrida de revezamento” entre economias, até então inertes, que passaram a absorver com rapidez a tecnologia de vanguarda do centro dinâmico mundial (RANGEL, 1982a, p.113).

Por outro lado, não há dúvidas que no exercício de futurologia, longe de uma ligeira utopia, a construção de uma sociedade universal, “uma comunidade única”, com o desaparecimento gradual das “sociedades nacionais presentes” se faz necessário. Já lembrava Kant em seu Projeto Filosófico pela “Paz Perpétua” que “uma Federação de Estados, cujo propósito é simplesmente evitar a guerra, constitui o único estado jurídico compatível com a sua liberdade” (KANT, 2008, p.50). Mas, seria um equívoco “tomar os desejos por realidade, a ponto de esquecer que em nossos dias temos ainda o colonialismo antigo e novo e o racismo” obstruindo o planejamento e a programação do desenvolvimento nacional de países periféricos (RANGEL, [1960-80] 2005, p.450).

A título de demonstrar parte destes equívocos futuroológicos, basta lembrar a reunião do Fórum Social Mundial sediado na cidade de Porto Alegre (RS) em 2005, quando Hugo Chávez e Luís Inácio Lula da Silva foram colocados equivocadamente pela juventude,

movimentos sociais e partido de esquerda em campos diametralmente opostos da grande política, quando estes dirigentes na verdade, e cada qual a suas peculiaridades, tinha como critério fundamental o enfrentamento dos problemas latino-americanos “a partir do encontro prático com a realidade” (SANTOS, 2010, p.269).

Desse episódio de tamanha magnitude, não de menor importância foram as palavras de José Saramago em uma das mesas do encontro (Quixote Hoje: Utopia e Política) que caiu como um balde de água fria aos adeptos da “globalização” justa e solidária. Conforme disse o escritor português, “considero a utopia, não só o conceito de utopia, inútil”, basta lembrarmos que “o que transformou o mundo não foi a utopia, foi a necessidade” (SARAMAGO, 2005; 2015).

Ora, voltando-se na esteira dos fatos históricos concretos da Comuna de Paris, quando haviam se esgotado “todos os germes nascidos em 1789” (GRAMSCI, 1968, p.47), Marx nos diz que os trabalhadores em “plena consciência de sua missão histórica”, não tinham “nenhuma utopia” pronta para ser introduzida por um “decreto do povo”, e que para “atingir sua própria emancipação, e com ela essa forma superior de vida” teriam que passar “por longas lutas, por uma série de processos históricos” (MARX, 2011, p.60). A esse respeito, Lukács é elucidativo:

A coisa pode ser esclarecedora com um simples exemplo: enquanto alguém quebra a cabeça em torno de uma grande descoberta científica, aparece-lhe uma dor de dente insuportável. Na imensa maioria dos casos, é certo que não estará em condições de prosseguir seus raciocínios enquanto não seja vencido o mal imediato. A negação do capitalismo, a nova organização socialista da economia, significa, para toda humanidade, a cura de todas as dores de dente. Desaparece da consciência dos homens tudo que lhes impedia até agora de viver seus problemas verdadeiramente fundamentais: sua consciência se abre para o essencial. Mas este exemplo mostra também o limite da transformação. Por certo, é necessário que a dor de dente tenha desaparecido para poder retomar a atividade intelectual; mas tão certo como isso é que essa atividade não se reinicia automaticamente por si mesmo ao cessar a dor: é necessário um novo esforço, uma nova vocação, um novo ímpeto. Então a humanidade que trabalha não chegou ainda a meta pelo fato de que desaparecem todos os seus sofrimentos econômicos: só criou as possibilidades como para poder pôr-se a caminho com novas forças para a autêntica meta. A cultura é a forma da ideia de ser-humano do homem. E então, criada pelo homem, não pelas circunstâncias. Toda reestruturação da sociedade configura somente a moldura, a possibilidade da livre autorrealização, da espontânea força criadora dos homens (LUKACS, 1978).

A partir dessas considerações é possível estabelecer alguns elementos centrais acerca das discussões sobre o Projeto Nacional brasileiro na divisão planificada do trabalho e a luta antimperialista no século XXI. Tomando parte das duas classes sociais brasileiras mais avançadas e diametralmente opostas em matéria de compromissos e interesses, isto

é, a grande burguesia progressista e o proletariado (SOARES, 2014b), é possível dizer que há, sem sombra de dúvidas, consenso teórico entre ambas as partes no que tange a sistematização de um projeto nacional no longo prazo, mas, que, ao nosso entendimento, não resistem “à tentativa de lançar fora o menino, junto com a água do banho, isto é, de abandonar as categorias do materialismo histórico” (RANGEL, 2005b, p.633) – ou, dito em outras palavras, a presença do “socialismo” (RANGEL, 2005a, p.705).

Em seu artigo “Um projeto de Nação, por favor”, Delfim Netto ao mobilizar a sociedade brasileira para “um consenso social mínimo em torno de um Projeto Nacional capaz de unir [...] vontades por meio do processo democrático” assentados na “filosofia da Constituição de 1988”, retoma a ideia da exigência de um Estado Forte, “constitucionalmente regulado e com poder para ajustar os mercados, particularmente, o financeiro”, através do planejamento estratégico – 25 anos - de investimentos necessários em infraestrutura nos setores estrangulados da economia – via setor privado. Ademais, partindo das contribuições de seus pares como Celso Furtado e Roberto Campos no nível teórico, bem como do embate entre E. Gudín e Roberto Simonsen no plano prático sobre os rumos do Brasil, Delfim sustenta que nem o “laissez-faire, que produz um caminho aleatório, nem o socialismo real, que restringe a liberdade à medida que aumenta sua ineficiência, tem condições de atendê-lo” (DELFIN NETTO, 2017).

Na mesma direção, Bresser-Pereira convida uma gama de intelectuais (Belluzzo, André Singer, Celso Amorim, Emir Sader, Ciro Gomes, etc.) em torno do Manifesto “Projeto Brasil Nação”, colocando no debate cinco pontos econômicos estratégicos como metas intermediárias para o desenvolvimento brasileiro: “1) Regra fiscal que não seja mera tentativa de reduzir o tamanho do Estado à força, como é a atual regra; 2) Taxa de juros mais baixa, semelhante àquela de países de igual nível de desenvolvimento; 3) Superávit em conta corrente necessário para que a taxa de câmbio assegure competitividade para as empresas industriais eficientes; 4) Retomada do investimento público; e 5) Reforma tributária que torne os impostos progressivos” (BRESSER-PEREIRA, 2017).

Já Carlos Lessa, ao retomar a insistência do Projeto Nacional revela que em um regime democrático não há política econômica capaz de reativar o crescimento econômico sem levar em consideração os direitos essenciais como emprego, trabalho e planejamento da atividade pública que possa garantir uma “grande pauta de referência para juventude” (LESSA, 2011; 2015) - a não ser que o Projeto Nacional esteja subordinado à sugestão “da chamada minimização do gasto público” pelo Consenso de Washington que coloca a nação como “figura derivada do jogo das empresas” (LESSA, 2017).

Segundo o ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), abandonar a questão nacional por uma espécie de “execração do nacionalismo” é o mesmo que virar de costas à qualidade de vida do seu povo, bem como dos povos sul-americanos (LESSA, 2016a), sendo que é mais do que possível reconstruir “salvaguardas tributárias” bem como manejar “estoques regulatórios públicos” para acelerar a justiça social (LESSA, 2009, p.97). Ainda aqui, insiste que é preciso distinguir radicalmente a visão que se tem do BNDES como um banco de investimentos – modelo

que, aliás, foi posto em prática pelos neoliberais que acabaram com os fundos setoriais – pois, é bem sabido que política industrial só administra “as indústrias existentes”, e nesse caso, um banco de desenvolvimento está muito além dessas funções restritas, já que atua como “um grande guerrilheiro das forças dinâmicas de uma sociedade” que “tem de lançar um olhar para o futuro desejado e procurar fazê-lo nas condições do presente” (LESSA, 2016b, p.258-59).

Tanto é assim que Darc Costa, ao aprofundar a temática do Projeto Nacional, convida a “diplomacia brasileira [...] posicionar o país na região como um terceiro interessado na disputa que” está em andamento “entre a China e os EUA, pelo domínio do comércio internacional” (COSTA, 20017a). Aliás, o Brasil precisa retomar o debate sobre o Planejamento Nacional ancorado no triângulo indissociável “que liga o que fazer ao como fazer e com que meios fazer”, posto que a “política nacional ou projeto nacional” responde somente “ao que fazer” (COSTA, 2010a, p.2-4).

Costa (2010b, p.68) sustenta ainda que é preciso ampliar a integração nacional iniciada pela Era Vargas para além da Federação, sendo o Brasil peça central nessa nova “racionalidade geográfica por trás da oferta de infraestrutura” contribuindo assim na conformação da América do Sul em megaestados regionais. Para tanto, contrapondo a métrica do tripé macroeconômico de curto prazo como componente de projetos de governo, sugere, como ponto de partida, um projeto de Estado⁴ – no longo prazo - que reafirme a ideia de “economia do desenvolvimento, com uma combinação de políticas monetária e fiscal que nos coloque no rumo do pleno emprego” (COSTA, 2017b). É que não basta intervenções aleatórias sem uma “visão de estruturação sistêmica”, isto é, sem um planejamento maior que os planejamentos setoriais – como foi o caso do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) onde o setor logístico estava descolado do setor energético (COSTA, 2016, p.283).

Recentemente, o debate em torno do Projeto Nacional como categoria imprescindível da realidade foi reestabelecido por Ciro Gomes (2020), com a publicação de seu livro “Projeto Nacional: o dever da Esperança”, em uma tentativa de síntese sobre a atual quadra histórica do desenvolvimento brasileiro, bem como dos desafios abertos pela conjuntura mundial, sugerindo uma nova agenda de reformas em todos os institutos da vida social nacional, chamando atenção para a falta de um projeto nacional de desenvolvimento que possa construir um consenso nacional ancorado em uma nova base de política industrial, científica e tecnológica.

Para a realização de tais tarefas, começa Gomes (2020, p.84) por conceituar as noções de Projeto, de Nacional e de Desenvolvimento, como forma de enquadrar sua visão contrária aos ditames hegemônicos do pensamento único elaborado pela “globalização neoliberal”. Segundo o autor, a definição de “Projeto” deve ser entendida como “um conjunto de metas para as quais se estabelecem prazos, métodos de execução, supervisão, avaliação, e controle, bem como orçamentação e definição de fontes de recursos”. Disso resulta que a noção de Projeto “pressupõe recuperar a capacidade de planejamento de curto, médio e longo prazo”.

Já a noção de “Nacional” refere-se a não homogeneidade do desenvolvimento capitalista, pois “as condições de empreender, produzir e trabalhar seguem dramaticamente dramas nacionais e não globais”, ao passo que a ideia de “Desenvolvimento” refere-se ao “aumento da riqueza produzida por um país”, bem como “as capacidades e habilidades de seu povo, suas condições de vida e felicidade”, - pois não basta somente o “crescimento econômico” para superar o subdesenvolvimento e seus mecanismos da dependência (GOMES, 2020, p.84).

Logo adiante, Gomes (2020) traça um balanço da história econômica brasileira no século XX, procurando identificar as raízes da crise econômica dos anos 1980 até nossos dias, os efeitos da transição do capitalismo ao imperialismo no século XXI, - sobretudo em termos do contexto geopolítico e das mudanças nas relações internacionais entre os países do centro e da periferia do sistema - procurando sinalizar o papel do Brasil na integração com outras economias, e os possíveis caminhos de sua inserção na “nova” divisão internacional do trabalho.

Na sequência, Gomes (2020, p.93) convoca toda a sociedade (os trabalhadores, o mundo da produção, e a universidade) ao debate público em torno do Projeto Nacional de Desenvolvimento com uma agenda de reformas estruturais capazes, tanto nas questões de curto prazo - como superar o desequilíbrio externo, consolidar o passivo privado e recuperar o consumo das famílias - quanto no projeto de futuro para o país, onde sugere cinco grandes temas necessários “para o êxito civilizatório” de médio e longo prazo, isto é, recuperação do Estado, reforma Tributária, reindustrialização, revolução educacional, agregação de valor ao produto rural.

Por fim, em termos de diretrizes de ordem política, Gomes (2020) convida aos leitores e partidários do nacional-desenvolvimentismo retomar a construção de um novo pacto político em torno de “uma nova esquerda” capaz de unificar-se sob o acicate do horizonte nacional, destruído anteriormente pela agenda neoliberal imperialista dos anos 1980 e pela crise das experiências do socialismo real de cunho autoritário.

Ulteriormente, como forma de estimular o debate a partir das ideias esboçadas por Gomes (2020), Samuel Pessoa, pesquisador do Ibre da Fundação Getúlio Vargas, elaborou uma série de críticas pontuais a agenda de reformas propostas pelo ex-ministro da Integração, Ciro Gomes, além de tecer agudos comentários discordantes com a leitura da história econômica do Brasil nos últimos 120 anos, sobretudo no que concerne a temática do imperialismo abordado em tela.

Afeito por uma narrativa liberal, Pessoa (2020), ao longo de exatamente 66 páginas escritas em forma de comentário, tenta convencer o leitor através da lógica formal ancorada em dados estatísticos e comparações muito próximas de um empirismo abstrato, os equívocos da narrativa de Gomes (2020, p.173), a começar pelo estranhamento de sua afirmação mais acertada no livro, isto é, aquela que não dá os devidos créditos a originalidade do pensamento de Ignacio Rangel que, pioneiramente, havia decifrado que após a Revolução Nacionalista de 1930, “o Brasil foi o país que mais cresceu no mundo entre 1930 e 1980”.

De todo modo, seria dispendioso de nossa parte aqui nesse debate buscar estabelecer pontes entre ambos os autores, pois, a rigor, a questão central do Projeto Nacional de Desenvolvimento não é abordada com tamanha profundidade, demonstrando que o debate se restringe a discutir somente as finanças do Estado, a competência ou incompetência da gestão das contas públicas pelos governos tanto à direita quanto à esquerda do espectro político, sem qualquer ligação com o “pano de fundo” que recobre a realidade nacional e internacional em suas múltiplas determinações, a começar pelo imperialismo e o fenômeno dos ciclos econômicos conjunturais (Kondratiev-Juglar).⁵

Em outras palavras, mesmo que a narrativa de Gomes (2020) se aproxima mais da realidade nacional, ao sinalizar que os anos 1980 representam um divisor de águas no virtuoso ciclo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro e, que, a partir daí o país mergulhou em um processo de desnacionalização e desindustrialização da economia dos anos 1990 em diante, em nosso entendimento, a explicação fornecida pelo autor sobre as raízes da crise se resume somente ao problema inflacionário do período (1981-1994), seguidas do rentismo executado nos governos de FHC como um problema maior de incompetência na equação das políticas monetária e fiscal, sustentando a alta taxa de juros pelo tripé macroeconômico (câmbio flutuante, metas de inflação, e superávit primário), que, logo, seriam herdadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores sob os auspícios da armadilha da renda média.

Por outro lado, Pessoa (2020, p.12) ao negar o papel da “blitzkrieg”⁶ do imperialismo estadunidense, reduz o debate aos exageros numéricos de Gomes (2020) quanto ao endividamento durante os governos de FHC, demonstrando que os gastos públicos haviam subido já no governo de Itamar Franco, que fez com que a despesa primária passasse de “10,6% do PIB para 14%”, com o ajuste de 29% dos servidores entre 1992-94 – um reajuste, diga-se de passagem, feito de forma acertada.

No entanto, Pessoa (2020, p.10) concorda com Gomes (2020) quanto aos equívocos do Plano de Estabilização do Real (1995) que, semelhante ao recente governo de Macri na Argentina (2015-2019), não soube inverter a lógica das etapas, isto é, promover a elevação da carga tributária para compensar as receitas advindas da estabilização econômica antes mesmo das reformas estruturais capazes de acelerar o crescimento, acreditando que por si só se daria o “ajuste fiscal”.

Na verdade, é preciso dizer que nem mesmo um ajuste fiscal é capaz, sozinho, de promover uma aceleração significativa de crescimento econômico e, mesmo que no período de 1999-2004, a participação da indústria brasileira no PIB passou de “14% para 18%” (PESSOA, 2020, p.19), isso se deu, a rigor, pela desvalorização cambial do período (2002-2004) quando se ampliou a exportação de manufaturados (OREIRO, 2018, p.14). Conforme assinalou Oreiro (2021)

A eliminação da alta inflação no Brasil a partir da implementação do Plano Real durante o governo Itamar Franco teve como efeito colateral a persistência de patamares extremamente elevados para a taxa real de juros de curto-prazo, a taxa Selic. Durante o primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, creditava-se essa persistência à adoção de um regime de bandas cambiais

deslizantes, no qual o Banco Central do Brasil definia um “teto” e um “pisso” para a taxa nominal de câmbio, definindo ex-ante o ritmo de depreciação de ambos de maneira a produzir uma desvalorização controlada da taxa de câmbio, ao mesmo tempo que se permitia que, no intervalo da banda cambial, a taxa de câmbio pudesse flutuar “livremente” com base nas condições de oferta e demanda de moeda estrangeira. Durante a vigência desse regime cambial, a taxa Selic real média oscilou em torno de 20% a.a, permitindo que aplicações financeiras livres de risco tivessem taxa de retorno muito superior ao que poderia ser obtido com qualquer tipo de empreendimento do lado real da economia. Nesse contexto, a justificativa que os economistas convencionais davam para o elevado patamar da taxa Selic era a de que o regime de câmbio administrado impedia o ajuste na conta de transações correntes do balanço de pagamentos – fortemente deficitária durante o primeiro mandato de FHC –, o que exigia a entrada de capitais externos para financiar o balanço de pagamentos e, dessa forma, a manutenção da Selic em patamares elevados para atrair a “poupança externa” necessária para “financiar” o crescimento da economia brasileira.

Ainda segundo o autor, se as análises desses economistas fossem corretas,

o abandono do regime de câmbio administrado em janeiro de 1999, no início do segundo mandato de FHC, deveria ter reduzido a taxa Selic para patamares mais civilizados. Não foi isso o que ocorreu. Embora a Selic real tenha se reduzido para um valor próximo a 10% a.a no ano 2000, ela permanecerá num patamar de quase 9% a.a até o início da crise financeira internacional de 2008. Se considerarmos o período 2003-2016, a taxa Selic real média foi de 6,25% a.a, um valor 2,57 p.b superior à estimativa da taxa de juros de equilíbrio da economia brasileira, ou seja, da soma entre a taxa de juros internacional e do prêmio de risco país. Apesar do elevado patamar da taxa Selic, a análise da variação acumulada do IPCA em 12 meses no período compreendido entre janeiro de 2003 e setembro de 2017 mostra que a inflação acumulada em 12 meses permaneceu a maior parte do tempo acima do centro do regime de metas de inflação, tendo estourado o teto desse regime em diversos momentos (OREIRO, 2021).

Com efeito, não é nossa pretensão aqui reduzir o debate ao nível estritamente pontual das propostas debatidas por Gomes (2020) e Pessoa (2020), considerando que o diagnóstico de ambos autores, restringe todo o problema da questão nacional e, por conseguinte, a crise da industrialização brasileira, ao problema das contas públicas, isto é, as finanças do Estado (reformas fiscais, tributária, previdenciária, etc.), como se as “receitas não fossem razoavelmente previsíveis”, como se elas não estivessem já “comprometidas desde anos passados, e sua destinação é, portanto o que, em gíria de finanças públicas, chamamos de *matière cotée*” (capital listado) (RANGEL, 1987b, p.65).

Para efeito de contabilidade, 3% do PIB com “diversas medidas de majoração de impostos” (PESSOA, 2020, p.33) encontradas pela estratégia de tributar grandes fortunas pela dupla tributação dos lucros e dividendos do IRPF e do IRPJ, nos parece que é uma quantia razoavelmente pequena para alocação de recursos em áreas estranguladas do setor público, como é o caso dos serviços de utilidade pública⁷.

É curioso observar que nesse longo período de desindustrialização da economia brasileira, o debate sobre o que fazer, como fazer, e com que meios fazer para resolver a crise da industrialização, não ultrapassou a semântica da reprimarização entre os cientistas sociais brasileiros, mesmo que se possa considerar um certo consenso entre as alas da ortodoxia e da heterodoxia, afeitas em sublinhar que o Brasil durante quatro décadas seguidas enfrentou paulatinamente: 1) o recuo expressivo da indústria no PIB⁸ e; 2), que, as tentativas de retomada do crescimento econômico nos anos 2000 foram favorecidas pelo boom da exportação de commodities para o mercado chinês, possibilitando, por consequência, a manutenção do superávit primário.

Porém, se a retomada do debate tem o mérito de abrir o diálogo entre as forças políticas internas, que visam construir um programa de “unidade nacional”, é claramente expressivo o dissenso na explicação sobre a questão cambial e a alta dos juros, quando não, a falta nos diagnósticos do “pano de fundo” que recobre a contradição fundamental posta em marcha pela fase depressiva do 4º ciclo longo de acumulação aberto em 1973 e que impera até hoje, bem como suas peculiaridades e irregularidades sustentadas pela administração das pequenas crises locais pelos Bancos Centrais que acabaram desaguando na crise de 2008.

Ora, sem uma perspectiva de permanências das relações centro-periferia que permeiam o universo da transição do imperialismo ao socialismo nesse século XXI é impossível pensar e propor as saídas para a planificação do comércio exterior como também a formação bruta de capital fixo sem um mínimo grau de planejamento. Aliás, quando se coloca o problema da questão nacional em sua totalidade no debate, o problema que envolve a construção de uma estratégia de desenvolvimento nacional sustentado a longo prazo, é comum nas análises a fuga para o ambiente disciplinar das especializações do *mainstream* econômico, sem qualquer envolvimento com a busca de um ponto de vista nacional ancorado a partir de uma visão interdisciplinar de conjunto, ou por assim dizer, de uma visão de totalidade tão caras a própria geografia e o marxismo.

O PROJETO, A NAÇÃO, E O DESENVOLVIMENTO

Todavia, para efeito de debate, mobilizemos aqui os conceitos elencados acima por Gomes (2020) a respeito da ideia de Projeto Nacional, para passar, num segundo momento, a introdução de algumas considerações sobre a problemática da economia brasileira atual.

De modo geral, pode-se dizer que a definição do conceito de Projeto Nacional apresenta grande elasticidade pelas formas e pelas funções que adquirem no tempo e no espaço quando se toma como exemplo os “grandes experimentos civilizatórios da humanidade” de que nos fala Gomes (2020, p.84), mas é preciso lembrar, como Ernest Renan, que a ideia de

nação costumeiramente recai no grave erro de confundi-la com “raça”, e atribuir a grupos etnográficos, ou antes linguísticos, uma soberania análoga à dos povos realmente existentes” (TITAN JÚNIOR, 1997, p.158). Conforme assinala o autor, é preciso considerar que

A nação moderna é, então, um resultado histórico produzido por uma série de fatos convergentes. Por vezes, a unidade foi construída por uma dinastia como no caso da França; ou então pela vontade direta das províncias, como na Holanda, na Suíça e na Bélgica; ou finalmente por um espírito geral, que tardiamente vence os caprichos feudais, como na Alemanha e na Itália. Há sempre uma profunda razão norteando essas formações; os princípios em questão, vem a luz por meio das mais inesperadas surpresas. Em nossos dias, vimos a Itália unificada por suas derrotas, e a Turquia demolida por suas vitórias. Cada nova derrota fazia avançar as questões italianas; enquanto cada vitória levava a Turquia à perdição - pois a Itália é uma nação, e a Turquia, fora da Ásia Menor, não o é [...] Mas que é afinal uma nação? Por que a Holanda é uma nação, enquanto que Hannover ou o Grão-ducado de Parma não o são? Como a França pode persistir como nação, quando o princípio que a gerou desapareceu? Como a Suíça, que tem três línguas, duas religiões, três ou quatro raças, é uma nação, enquanto, por exemplo, a Toscana tão homogênea não o é? Por que a Áustria é um Estado e não uma nação? Em que o princípio das nacionalidades difere do princípio da raça? Eis aqui os pontos sobre os quais um espírito reflexivo deve se fixar para se chegar a um acordo consigo mesmo. Os negócios da vida real não se regulam por esta espécie de raciocínio; mas os homens aplicados desejam sempre por alguma ordem nessas questões e desfazer as confusões em que se emaranham os espíritos superficiais (TITAN JÚNIOR, 1997, p.163).

Ora, diante dessa questão, é possível estabelecer um elo histórico que permita definir com precisão o conceito de Projeto Nacional, a começar pela ideia de nação, que encontra substância na formação dos Estados nacionais modernos e seus respectivos movimentos nacionais democrático burgueses, isto é, nas vias de transição do feudalismo para o capitalismo que podem ser divididas, segundo Lenin (1984, p.280, tradução nossa) em duas grandes épocas “radicalmente diferentes do ponto de vista dos movimentos nacionais”, mas que estão entrelaçadas uma na outra, isto é: 1) o colapso do feudalismo e do absolutismo, quando se constitui os Estados democrático burgueses, com a participação política de todas as classes sociais (na imprensa, e nas instituições representativas, etc.) e; 2) a fase imperialista, com os Estados capitalistas já formados e consolidados, e com um regime constitucional já estabelecido.

No primeiro caso, é possível dizer que tanto a 1ª Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra, que passaria a engendrar ainda no final do século XVIII os ciclos econômicos de longa duração (Kondratiev) ampliando os termos de intercâmbio no comércio exterior, e por assim dizer, a divisão internacional do trabalho, bem como os próceres iluministas da Revolução Francesa cuja aliança entre o campesinato e a burguesia parisiense procurou

reagir aos desafios internos e externos imposto pelo dinamismo econômico do Império Britânico, são marcos que configuraram a irrupção das primeiras experiências de Projeto Nacional, consideradas aqui sob a pedra angular do capitalismo industrial inglês e da soberania nacional autoproclamada do Estado francês.

Em outras palavras, esse primeiro tipo de Projeto Nacional encampado nos movimentos nacionais que nascem na Europa Ocidental, e que se estende pelo período de 1789 a 1871, com a tardia unificação alemã, tem-se como regra geral a formação de Estados Nacionais homogêneos sob uma mesma base econômica, - isto é, a conquista do mercado nacional interno pela burguesia – que manteve em coesão a unidade do território e a unidade do idioma, condição essa imprescindível para “a circulação mercantil realmente livre e ampla, correspondente ao capitalismo moderno” (LENIN, 1984, p.275).

Aliás, é justamente o processo de unificação alemã na segunda metade do século XIX que configura, em princípio, aquilo poder-se-ia considerar uma segunda forma de Projeto Nacional, que nasce a partir da vitoriosa classe dos médios latifundiários feudais prussianos (junkers) como resposta ao atraso (econômico, político e cultural), imposto pelo expansionismo do capitalismo inglês e francês, e sua zona de influência nos movimentos nacionais democrático-burgueses da Europa Ocidental (LENIN, 1984).

Segundo Pereira (1989, p.104), a aristocracia feudal prussiana conseguiu promover a unificação por diversos fatores, entre os quais: 1) a herança de um exército permanente de mais de trinta mil homens, formados por Frederico Guilherme I; 2) o “sentimento de dever e de adoração a ordem” pela burocracia semifeudal; 3) o desenvolvimento da filosofia clássica alemã, aplicado ao ensino obrigatório nas escolas e; 4) a submissão da sociedade através do Estado, que aqui, eis que a nação moderna emerge como produto do Estado, “mas não para unificar um mercado interno prévio”, mas para “instaurar um mercado nacional unificado”, estabelecendo as “fronteiras voltadas para o exterior” (PEREIRA 1989, p.184 apud POULANTZAS, 1985, p.121).

Por outro lado, a conjuntura mundial aberta pela fase depressiva do ciclo longo da economia mundial (1815-1848), impôs ao mundo uma contração nos termos de intercâmbio do comércio internacional, encontrando saída no avanço do colonialismo imperialista praticado pelo centro dinâmico da economia capitalista (a Inglaterra à frente), em busca do espraiamento das tecnologias da 1ª Revolução Industrial no setor de transportes, como foi o caso das ferrovias.

Desse período, é possível extrair as bases do Projeto Nacional de segundo tipo, quando, o pioneiro economista G. F. List, inspirado nas lições vitoriosas da industrialização inglesa e das ideias política e sociais da revolução francesa, propôs o “nacionalismo econômico” crítico do capitalismo liberal (livre-comércio) como meio de projetar a integração econômica e política dos reinos germânicos a partir da criação do Zollverein (União Aduaneira Nacional dos Estados Alemães), - esta que aboliu as tarifas aduaneiras internas e estabeleceu um sistema alfandegário e comercial comum, como também estabeleceu o Sistema Nacional Ferroviário alemão, órgão que foi capaz de manter a unidade das forças produtivas, muito próximo do se fazia pela Sociedade da Pensilvânia, nos EUA, em matéria de industrialização (SZPORLUK, 1988).

Para a F. List, a categoria Nação, estava muito próxima da concepção de classe para Marx, de *classe em si* e *classe para si*, ou seja, com base na filosofia hegeliana, o proletariado só se constitui como classe na medida que se organiza e adquire consciência de classe, logo a Nação, enquanto a nação *para si*, como categoria histórica, era um fenômeno recente na história. E no caso da Alemanha, seu desenvolvimento econômico-industrial tardio necessitava de uma enérgica intervenção do Estado centralizado, combinando protecionismo e livre-cambismo como faces de uma mesma moeda para se alcançar o estágio do desenvolvimento das economias capitalistas centrais (SZPORLUK, 1988).

Ora, diante desse quadro, é possível extrair uma terceira forma de Projeto Nacional que se realiza em grande parte na periferia do sistema capitalista ao longo do século XX, combinando os dois tipos assinalados acima pela atuação dos movimentos nacionais democrático-burgueses, mas que, por conta das relações centro-periferia, o componente anti-imperialista nasce enraizado em seu nacionalismo. Todavia, sem cair em falsas generalizações, tomemos o caso brasileiro em análise, pois, como se sabe,

o desenvolvimento do capitalismo brasileiro emerge como uma forma especial de anticapitalismo, tendendo a associar-se à economia socialista mundial, pois somente ela pode atender a suas próprias necessidades e dar consistência a suas aspirações à indispensável autodeterminação nacional (RANGEL, 1963a, p.23).

Posto essas considerações, é possível dizer que o Projeto Nacional brasileiro nasce dual, ao mesmo tempo em que se aproxima do caso alemão e se difere pela condição de ser perifericidade do centro dinâmico da economia mundial. “Ao contrário dos Estados Unidos, onde a nação terminou por constituir-se em Estado, o Estado-Império instituído no Brasil, desmembrado do Estado português, foi o que construiu a nação” (MONIZ BANDEIRA, 2008, p.42)⁹.

Como se sabe, a longa marcha de construção ininterrupta das dualidades brasileiras (meias-revoluções) definidas por Ignacio Rangel (1957b), marcaram os caminhos do Projeto Nacional aberto com a (Abertura dos Portos/Independência), isto é: 1) os pactos de poderes entre as classes dominantes que conduziram o comando do Estado e o processo econômico ininterruptamente do primeiro quartel do século XIX até os anos 1980, queimando etapas do desenvolvimento brasileiro ao promover a industrialização; 2), e por outro lado, o otimismo nacionalista (vontade nacional) em constante estado de *boulerversement*¹⁰, que se apresentou regularmente com as flutuações dos ciclos longos (Kondratiev), e soube, mesmo que “acertando por equívocos”, - seja pelo desconhecimento dos “segredos do processo econômico” - orientar-se “na trama de contradições que o movem”, distinguindo-se “os amigos dos inimigos, sem atentar muito para seus respectivos preconceitos” (RANGEL, 1963a, p.16).

Sem essas prévias diferenciações básicas capazes de determinar o atual estágio histórico do desenvolvimento do capitalismo no Brasil nesse início de século XXI, e quais são as particularidades da questão nacional que estão à frente no país, as definições

dos conceitos de Projeto, Nacional e Desenvolvimento apresentados por Gomes (2020) acabam por cair num vazio, “frequentemente de boas intenções”, mas que de boas intenções e bons conselhos o “inferno” está cheio, encobrendo “a falta de vontade ou a incapacidade para os utilizá-los na prática” (LENIN, 1984, p.282, tradução nossa).

Noutros termos, Projeto Nacional deve ser definido a partir de categorias históricas inteligíveis cuja estrutura, forma e função se definem pelo processo de transição que, aliás, em nossa atual quadra histórica encontra seu curso na rivalidade entre capitalismo e socialismo nesse século XXI. Isso quer dizer que qualquer tentativa de apresentar o planejamento, como um “planejamento geral” não passa de “um mito” (RANGEL, 1957a, p.76), do mesmo modo que, ao considerar, como quer Corsi (2008, p.68) que o conceito de Projeto Nacional de Desenvolvimento, deve ser entendido “não como um projeto que integra os interesses coletivos da nação, mas como um projeto de cada classe e facção de classe para a nação”, não deixa de fazer tábula rasa das peculiaridades e particularidades das leis objetivas do desenvolvimento brasileiro. Assim o é, que a dinâmica da sociedade de classes no Brasil não se dá em “termos de direita ou de esquerda, mas de adesão ou repúdio às ideias de unidade, soberania e planejamento” (RANGEL, 1963a, p.17), ou seja, não se dá (na) e entre uma disputa de Projetos Nacionais por frações de classes.

A originalidade que compete a estrutura da economia brasileira, se dá na substituição ordinária de uma “mudança de atitude das antigas classes dirigentes”, sem a substituição de uma classe por outra, “fazendo com que as elites dirigentes permaneçam fundamentalmente as mesmas – perdendo alguns contingentes de elementos mais retrógrados e ganhando outros mais progressistas” (RANGEL, 1963a, p.18).

Isso quer dizer que não existe aqui em nossas dualidades o fenômeno da “aliança de classes” como os que ocorrem nas formações sociais asiáticas, e europeias. A rigor, o caso brasileiro revela uma fusão de “duas classes”, como é o caso do latifundiário e o capitalista que, na verdade, são as mesmas pessoas. Nesse caso, quando há o amadurecimento das contradições, significa que abre apenas a possibilidade de mudança do “centro de gravidade” dos polos de poder sem que as classes dirigentes percam sua “identidade” – como ocorre nos processos químicos onde “certo grupo de átomos – os radicais – podem passar de uma molécula para outra [...] como se fossem simples átomos” (RANGEL, 1978, p.82).

Dessas contradições, eis que as opções são condicionadas pelas mudanças de atitudes cuja “ação política das outras classes sociais” influem “pelas suas lutas e reivindicações, no sentido de antecipar ou retardar essa mudança de atitude” (Rangel, 1963a, p.19). Em outras palavras, e como forma de sustentar nosso argumento, as mudanças que dever-se-iam ocorrer nos anos 1980, com a passagem da burguesia industrial de uma classe em si (conscientemente) em classe para si, assumindo a direção do Estado brasileiro, acabou por não se firmar, e grande parte da explicação, pode-se encontrar no campo progressista (de esquerda) dos chamados “desenvolvimentistas do Plano Cruzado” (BRESSER-PEREIRA, 2015, p.4), que a rigor, acabaram por retardar o planejamento do segundo estágio da industrialização brasileira, isto é, o “Segundo Programa de Metas” (Rangel, 1987), justo por não compreenderem que a luta contra “a hegemonia mundial do imperialismo” posto

na ordem do dia, só seria possível pela determinação “consciente” e não espontânea, do que poderíamos denominar projeto nacional (RANGEL, 1980b, p.12).

Afinal, o Brasil, enquanto uma das “nações-crianças” surgidas na segunda metade do século XX, difere por completo das nações surgidas no século passado, e até mesmo das que emergiram a partir dos movimentos nacionais democrático-burgueses, na Europa e na Ásia no início do século XX imbuídos do direito de “autodeterminação dos povos”, como assinalou Lenin (1984), afirmando sua “soberania”, “unidade” e enquadramento jurídico e político para o mercado nacional”, pois segundo Rangel, o Brasil, como uma nação-criança nasceu pela afirmação categórica do desenvolvimento, manifestado “pela vontade de planejar ou programar esse mesmo desenvolvimento”¹¹ (RANGEL, 1963a, p.7). Tanto é que as primeiras iniciativas “pré-científicas” do planejamento/projetamento¹² orientadas pelos planejadores cepalinos (estruturalistas), resultaram em “um esforço de racionalidade em matéria de alocação de recursos”, um esforço, aliás, “para frente”, alavancando o processo de substituição de importações coroado pelo I Programa de Metas (1956-1960).

Todavia, se esse esforço “soube estabelecer normas para a boa aplicação desses recursos” no nível da economia da firma, carecia, por outro lado, de reconhecer o esforço que deveria ser feito “para trás”, isto é, de encontrar os meios de utilização da capacidade ociosa já existente, aproveitando seu “potencial produtivo” e seus fatores, tais como uso das instalações, a mão-de-obra, “além dos recursos naturais”, etc. (RANGEL, 1963a, p.26).

Ora, foi diante dessas condições da problemática da capacidade ociosa/alocação de recursos que Ignacio Rangel (1957a), elaborou todo um arcabouço conceitual capaz de responder as questões do que fazer, como fazer, e com que meios fazer, para que o Projeto Nacional tenha sua “razão de ser”.

De início, é preciso definir cientificamente as bases programáticas do Plano Nacional de Desenvolvimento, para que a intervenção do Estado seja racionalmente programada/projetada, pois o desafio não está no campo teórico, mas sim prático, sendo o “projetamento” a “ação sobre as unidades” – que decide as ações sob a mudança quantitativa dos fatores (o homem, o trabalho, e sua vida), ora “mudando o número de unidades”, ora fazendo com que surjam unidades de diferentes tamanhos, que podem “se desdobrar em mudanças de qualidade” - e a “programação” que é a ação, de nível superior “sobre o sistema nacional” (RANGEL, 1957a, p.131).

Isso quer dizer que quando se trata da alocação de recursos, estamos colocando a questão do “que fazer” para a elaboração do Plano Geral, - pois é aqui que o Projeto faz sentido - enquanto que a seleção da técnica, nesse acaso responde diretamente ao “como fazer”, e para isso, é necessário conhecer a estrutura dos recursos. Essa condição faz com que surja o problema da adoção dos critérios de prioridades do Projeto que, para se efetivar, deve se manter sob a disciplina da programação e não do mercado (ditadura do consumidor). Ao descobrir quais “atividades devem ser desenvolvidas prioritariamente”, já é “quase a metade do caminho a percorrer”, posto que o planejamento se “converterá no problema da elaboração e análise de projetos” (RANGEL, 1987b, p.63).

Nesse sentido, a regra fundamental a ser adotada aqui é a produção de “coisas” que não possuímos pelo acertado emprego do que temos disponíveis em nossas mãos, logo,

balanceando os recursos disponíveis, sem necessidade de se negociar a soberania nacional. Daí que o papel de seleção da técnica a ser utilizada, tem como fundamento resolver os problemas da conversão das coisas que nos faltam pelas coisas que já produzimos, ou, possuímos como potencial produtivo, já que o trabalho só pode ser considerado “produtivo, se este consegue acrescentar no produto alguma parcela de utilidade contida nos fatores, a qual é sacrificada no processo produtivo”. Noutros termos, o fundamento da “técnica não está na tecnologia, mas sim na economia” (RANGEL, 1958b, p.173).

Assim, para efeitos de um projetamento racional, a tarefa habitual consiste em decifrar os recursos tanto privados como públicos disponíveis na economia brasileira, indicando os recursos disponíveis de tecnologia, (superabundantes e escassos) para que se possa encontrar a solução da convertibilidade dos primeiros nos segundos.

Contudo, considerando que grande parte dos recursos da economia brasileira (poupança) se concentra nas mãos da iniciativa privada (os particulares), o projetamento deve ser realizado de tal modo que interessem a esses mesmos particulares a inversão. Fugir dessa regra básica “criará uma estrutura de demanda de recursos financeiros incompatível com a verdadeira estrutura da oferta dos mesmos recursos”, e projetará uma crise cambial além do endividamento do país, visto que, se a moeda se comporta como eixo principal do sistema do mercado nacional, ao desconsideramos a estrutura real da oferta de recursos, caminhamos para insolvência no exterior, e como ignoramos a estrutura financeira da mesma oferta, caminhamos para o colapso da oferta (RANGEL, 1958a, p.165).

Dito isso, o caminho a ser traçado é promover a substituição de importações a partir de uma filtragem da lista de importações, fixando o tipo de câmbio em cada caso específico, estudando as curvas de custos relativos das indústrias potenciais, bem como o exame qualitativo dos custos, - este que permite separar “as substituições verdadeiras das falsas” (RANGEL, 1990b, p.119). Eis daí que surge a necessidade de planificação do comércio exterior, pois como se sabe, o balanço de pagamentos não passa de ficção contábil se levada a generalização, ou seja, se não tratada como uma série de balanços de pagamentos com problemas específicos.

E nesse caso, é preciso planificar o comércio exterior direcionado para as áreas onde nossa moeda apareça como escassa, áreas estas em que todo esforço de expandir as exportações não seja indiferente ao volume de nossas próprias compras, podendo assim, ao fixar o volume de comércio com esses países, utilizar os setores ociosos da economia nacional, a princípio subutilizados. Por outro lado, o esforço de substituição de importações deve-se se orientar para bens e serviços dos países onde a moeda é escassa para nós, utilizando-se assim das vantagens da divisão internacional do trabalho (RANGEL, 1958a).

Em resumo, o critério do comércio exterior para identificar quais moedas estrangeiras são escassas é a própria experiência do comércio, sabendo o comportamento de compras de determinadas áreas e as variações de importações dela provenientes. Assim é possível converter a disponibilidade de certas divisas em disponibilidade de produtos ou de capacidade produtiva no interior da economia brasileira (RANGEL, 1958c).

Com efeito, dessas observações apresentadas, pode-se extrair duas questões que nos interessam mais de perto e merecem serem levadas as últimas consequências para

efeito da retomada do Projeto Nacional brasileiro ao longo desse longo século XXI. A primeira, é que para os efeitos da conjuntura cíclica, “sem planejamento não pode haver desenvolvimento, porque programar ou planejar é o supremo emprego que uma nação pode dar a soberania” (RANGEL, 1958b, p.173). Mas, como já foi assinalado, o caminho do Projeto ao Plano precisa ser equacionado, à luz de estabelecer “a escala de prioridades”, agrupando os projetos “de acordo com a especificação dos recursos a usar, tanto na construção quanto na operação” (RANGEL, 1990b, p.120).

Naturalmente, é o projeto que constrói o Plano, e na medida em que os projetos criam procura, “a escassez tende a converter-se em pressão sobre o balanço de pagamentos” e, nesse sentido, o Estado é chamado a se antecipar nas decisões dos desequilíbrios criados, seja pela “manipulação do tipo de câmbio”, seja na execução de projetos relativos a procura derivada, criando oportunidades de inversão (RANGEL, 1990b, p.121).

Já a segunda questão diz respeito ao imperativo da capacidade ociosa (áreas de poupança) e dos pontos de estrangulamento (áreas de investimento) que acompanham os ciclos médios (juglarianos brasileiros) no processo de industrialização substitutiva de importações e seu ingresso econômico autarcizante (autossuficiente) na divisão internacional do trabalho, interessando mais de perto a formulação do Plano Geral. É que a utilização da capacidade ociosa para efeitos de projeto/planejamento aparece “como a meta-síntese do plano, isto é, como meio de produzir uma redistribuição de renda”, comportando-se muito além de uma simples “alternativa para o endividamento externo e para o arrocho salarial” (RANGEL, 1982, p.168).

Em resumo, para que haja um planejamento sério, com capacidade de determinar as perspectivas de continuidade do processo e quantificar o tempo de amadurecimento dos projetos encetando novos desequilíbrios, faz-se necessário partir desses pressupostos básicos apresentados acima.

DESINDUSTRIALIZAÇÃO: UMA JANELA DE OPORTUNIDADES PARA O PLANEJAMENTO

Certa vez na Paraíba, em agosto de 1991, foi organizado um seminário em torno das ideias de Celso Furtado¹³, que contou com a participação de Ignacio Rangel no 2º Painel - “O Exílio na França, o retorno ao Brasil; do Ministério da Cultura aos dias atuais (1964-1990)”. Nessa ocasião, quando foram abertos os debates, Rangel demonstrou profunda insatisfação com a precária síntese alcançada naquela reunião, como se observa no relato de Corrêa (2008, p.94)

“ – Rossini, eu estou preocupado. Como as pessoas estão pensando mal o Brasil! E gente de responsabilidade! Vou solicitar quinze minutos a Arraes, para desfazer estes equívocos e virar a mesa”.

No entanto, sua solicitação foi negada três vezes por Arraes, argumentando-se que a qualquer momento chegaria o “Deputado Ulysses Guimarães para a solenidade

de encerramento do seminário”. Nesse interim de tempo, Rangel voltou-se a palavra a Rossini e disse: “ – Afinal, quem é que é, Rossini, este Ulysses Guimarães de quem eles tanto falam!?” (CORRÊA, 2008, p.94).

Passados mais de três décadas do seminário, as palavras de Rangel continuam atuais se observarmos como as pessoas continuam pensando mal o país, até mesmo as análises mais cadimas de intelectuais que tentam tratar a desindustrialização brasileira como um epifenômeno – semelhante à questão da inflação. É que atualmente as escolas tanto da ortodoxia, quanto da heterodoxia econômica, continuam insistindo na universalização de diagnósticos parciais cuja terapêutica para os problemas difusos do desenvolvimento econômico e social, acabam por estreitar suas causas em uma visão de mundo compartimentada, próximas, portanto, do ardid do conceito¹⁴.

Ora, a chamada hipótese da desindustrialização brasileira, dever-se-ia ser apresentada em outros termos, isto é, substantivada como hipótese da desindustrialização/desnacionalização na periferia do imperialismo conforme já assinalamos anteriormente, pois sem a pressuposição da técnica do planejamento como ferramenta imprescindível para a retomada do desenvolvimento, o debate continuará costumeiramente redundante em torno das disputas de conceitos e classificações. Os que omitem a ciência política nos estudos econômicos, se esquecem que a política nada mais é do que a “economia levada a cabo por outros meios”, do mesmo modo que a guerra é a política levada a cabo por outros meios”, isto é, “por meios violentos acrescentaria Lenin” (RANGEL, 1982b, p.25). Isso quer dizer que,

os conflitos que não encontram solução no seu campo de origem, que é, basicamente o econômico, tendem a comprometer as classes sociais, no campo interno, e os povos, na arena internacional; vale dizer, tendem a transferir-se para o campo político onde, eventualmente, encontrarão solução. Se, entretanto, isso não ocorrer, o conflito humano, ou regredirá para o campo econômico ou evoluirá para o militar. Assim, os conflitos fundamentais de interesses suscitados pela presente crise econômica mundial do capitalismo assumem a forma de conflito político (RANGEL, 1982b, p.26).

Nesse sentido, se não se leva em conta o contexto da contrarrevolução neoliberal imposta pela agressividade do imperialismo desde os anos 1980 com os governos de Reagan e Thatcher, e seus múltiplos desdobramentos na desaceleração da economia brasileira até nossos dias, é praticamente impossível, - quando não um assalto a razão - buscar parâmetros comparativos com países desenvolvidos ou em desenvolvimento que levaram (e estão levando) o planejamento econômico as últimas consequências, como são os casos da Coreia do Sul¹⁵, Singapura, Indonésia, Índia, China, etc.

Segundo Rangel (1990c, B-2), o Brasil, até o final dos anos 1980 havia aplicado, mesmo que de forma ingênua, as ideias de planejamento econômico, pois tanto as classe dominantes a direita quanto à esquerda do espectro político, queriam o desenvolvimento e a industrialização, caminhando *pari passu*, “no sentido geral desejado, mas não na medida

desejada”, ao promover respostas as crises e recessões de forma sábia, como o foram as políticas cambiais, o investimento do Estado, e a própria implantação do direito trabalhista.

Todavia, nos anos 1990 os pressupostos do planejamento foram abandonados, e com ele a possibilidade de “revisão do direito de concessão” – ponto de partida para se combater a recessão criando empregos, demanda e renda nas atividades subinvestidas - na medida em que as privatizações dos serviços de utilidade pública passaram a ser feitas via conversão das dívidas externas, sem capacidade de promover a utilização da capacidade produtiva, gerando um profundo *dumping* na economia nacional (RANGEL, 1990c, B-2).

Ademais, a destruição do Instituto de reserva de mercado bloqueou a possibilidade de planificação da abertura econômica que, objetivamente, se realizaria no comércio exterior, onde o Brasil se abriria planejadamente aos países que comprassem nossos produtos, assegurando tanto o mercado para os produtos de nossos parceiros, e vice-versa (RANGEL, 1991b).

No entanto, ao longo desses trinta anos assinalados acima, nenhuma palavra foi dita sobre a retomada do planejamento econômico por parte dos intelectuais supostamente “progressistas”, incluindo aqui os chamados novos-desenvolvimentistas da (Fundação Getúlio Vargas, Unicamp, UNB) que, mesmo possuindo méritos em denunciar as políticas macroeconômicas nefastas dos pacotes neoliberais impostos pelo Fundo Monetário Internacional, continuam a diagnosticar o problema da industrialização, ou como dizem, da desindustrialização tratando “da indústria como um todo homogêneo” (MORCEIRO, 2018, p.137).

Por outro lado, os recentes estudos de Morceiro (2018, p.131) têm contribuído de forma singular para se pensar medidas em que os pressupostos do planejamento do comércio exterior brasileiro se organizem pela pauta das importações, conforme proposto Ignacio Rangel, já que há uma ampla qualificação na abordagem setorial da indústria nacional, seus graus de desindustrialização, o adensamento produtivo e a inserção nas cadeias globais de valor, bem como o “coeficiente importado de insumos e componentes comercializáveis” (CIICC). Os resultados apresentados da pesquisa são reveladores, pois não há homogeneidade no processo de desindustrialização brasileira, já que

Primeiro, a manufatura brasileira apresentou uma diminuição significativa do adensamento produtivo na década do século XXI de maior crescimento industrial após os anos setenta. No entanto, o retrocesso no adensamento não provocou desindustrialização absoluta das classes industriais, pois estas não apresentaram diminuição do emprego ligado as operações industriais. Certamente, o crescimento industrial do século XXI ocorreu com menor transformação industrial e maior uso de mão de obra pouco qualificada ligada as operações de montagem de insumos e componentes importados [...] segundo a indústria de transformação brasileira ainda possui grau de adensamento produtivo alto, sobretudo porque os setores manufatureiros de baixa e média-baixa tecnologia (BT-MBT) são muito adensados e possuem um peso grande na estrutura industrial do país. BT-MBT correspondem a dois terços da produção manufatureira e o país possui competitividade nas indústrias

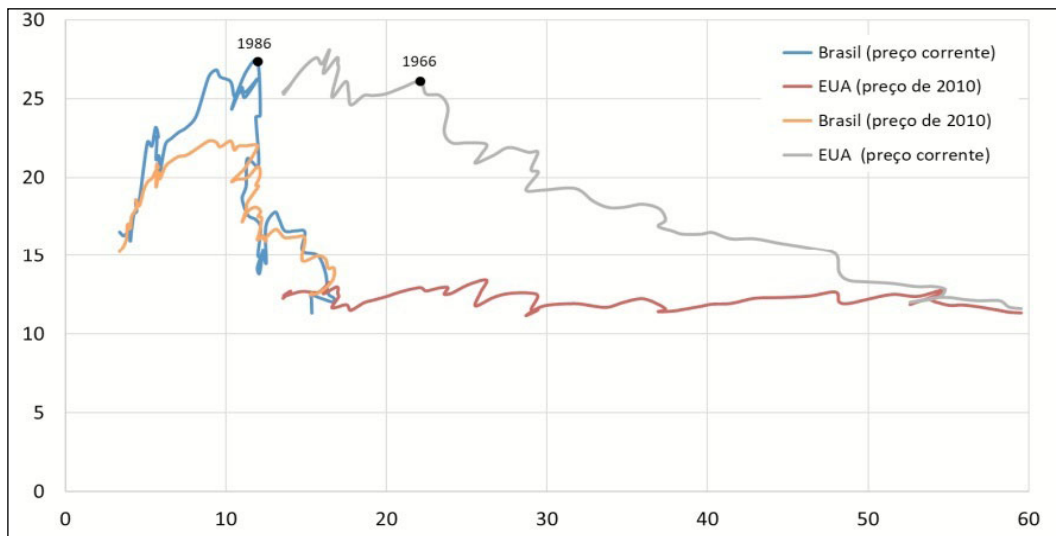
intensivas em insumos agropecuários, minerais e energéticos. No entanto, a categoria de alta e média-alta tecnologia (AT-MAT) possui adensamento relativamente baixo e inferior à média dos 15 países detentores dos maiores parques industriais do mundo [...] Terceiro, a maioria das classes industriais apresentaram adensamento produtivo elevado, mas não é uma característica de toda a indústria de transformação [...] Quarto, as classes industriais dos setores “eletrônicos, informática e ópticos”, “farmacêutica” e “outros equipamentos de transportes” estão muito esgarçadas pelas importações. Do ponto de vista do grau de transformação industrial, partes expressivas do tecido industrial desses setores encontram-se em processo de desindustrialização avançado e assemelham-se a uma indústria de aparafusamento ou maquiladora. O setor químico possui grau de adensamento produtivo intermediário ao passar por esgarçamento produtivo significativo em poucas classes expressivas em produção industrial. Esses quatro setores são responsáveis por cerca de metade dos gastos empresariais em pesquisa e desenvolvimento (P&D) do planeta. Dessa forma, o esgarçamento diagnosticado restringe bastante o desenvolvimento tecnológico do país [...] Quinto, os demais setores de AT-MAT - automobilístico, máquinas e equipamentos e máquinas e aparelhos elétricos - possuem grau de adensamento elevado e poucas classes encontram-se fragilizadas pelas importações de insumos intermediários, porém há indícios de aumento significativo de importações de produtos acabados, finais ou intermediários [...] Sexto, no caso das poucas classes de BT-MBT com maior CIICC predominaram importações não competitivas de insumos e componentes porque o país não possui capacidade de produção na quantidade e qualidade demandadas, principalmente devido à técnica produtiva, escassez de alguns recursos minerais (como metais preciosos), tipo de clima pouco favorável à produção de trigo, entre outros [...] Portanto, o desadensamento produtivo foi mais forte nos segmentos de AT-MAT, que possuem maior qualidade em termos tecnológicos, maiores ligações entre os setores manufatureiros, alta remuneração por trabalhador, além de alta elasticidade-renda da demanda e grande dinamismo no comércio internacional (MORCEIRO, 2020, p.856-857).

Diante desse quadro atual da indústria brasileira, é possível dizer que, contrariando as análises pessimistas, o Brasil possuiu grande musculatura industrial ainda disponível, e pronta para a retomada do crescimento, bastando que as políticas industriais e macroeconômicas sejam feitas a partir da “ciência do planejamento”, - condição *sine qua non* tanto para o mundo capitalista, que necessita planejar cada vez mais seu comércio exterior, como o próprio mundo socialista sob a liderança do planejamento econômico chinês, que a rigor, tem demonstrado prudência em se colocar acima do bem e do mal, como foi o planejamento soviético, diante dos ciclos econômicos de Kondratiev.

Nesse sentido, se os estudos de Morceiro (2020) tem o mérito de apontar para a possibilidade de planificar nosso comércio exterior, a partir dos setores onde os coeficientes de importação se tornaram predatórios da indústria nacional, por outro lado, não ultrapassa o

pensamento que gravita em torno da literatura sobre o processo de desindustrialização, restrita a explicar o fenômeno apenas pelo viés econômico estrutural (Gráfico 1), sem qualquer visão de conjunto que envolva o complexo de múltiplas determinações (geográficas, políticas, econômicas, morais, culturais, etc.) da qual estamos insistindo ao longo desse trabalho.

Gráfico 1. Manufatura (% no PIB) versus PIB per capita, 1947 a 2018: Brasil x EUA - PIB per capita em 1.000 US\$ PPC de 2017.



Fonte: Morceiro e Tessarin (2019, p.19).

O que diz Morceiro e Tessarin (2019, p.18) sobre o gráfico acima é esclarecedor a esse respeito, pois para os autores, o que interessa na explicação da comparação desses dois tipos de desindustrialização, - a “prematura” brasileira e a “normal” dos EUA – é que os dois países “têm suas similaridades, pois são países populosos, continentais, ricos em recursos naturais, foram colônias e tiveram períodos de escravidão”. Não há dúvidas que os dois países possuem algumas similaridades, mas a rigor, desde sua gênese e evolução, Brasil e EUA possuem mais diferenças¹⁶ do que denominadores comuns, a começar pelo fato primordial que explica o gráfico acima assinalado, a saber, a contrarrevolução neoliberal que bloqueou o desenvolvimento da economia mais dinâmica do Ocidente capitalista entre os anos de 1930 e 1980, isto é, o Brasil.

De todo modo, não caberia aqui aprofundar essa questão, mas dizer que se os economistas, como Morceiro (2020), procurassem realizar, com a mesma capacidade e competência, - como foi seu estudo setorial do processo de desindustrialização brasileira que demonstrou a não homogeneização no trato industrial – outras combinações nas quais a geografia e o marxismo têm contribuído para explicar os fenômenos em sua totalidade, não há sombra de dúvidas que a “ciência do planejamento” no Brasil teria condições de ser retomada.

À GUIA DE CONCLUSÃO

É curioso que nesse primeiro quartel do século XXI grande parte da intelectualidade brasileira ainda insista adotar em suas pesquisas aportes teórico-metodológicos já superados como se estivessem inventando alguma “novidade”. Por outro lado, argumenta-se que o inverso também é verdadeiro, quando se parte das pesquisas que postulam novos conceitos e hipóteses, que mesmo apresentando sólida base empírica carecem de contraprovas condizentes com a realidade.

Parece ser este o caso da “guerra de mercados” patrocinada pela “cruzada” entre a historiografia paulista e carioca que, longe de promover um debate promissor assentado nas tarefas da atual quadra histórica do desenvolvimento brasileiro, voltam-se ao passado sem compromisso algum com o presente e com o próprio planejamento do futuro ancorado no interesse nacional. O beco sem saída, nesse caso, pode ser visto pelo acordo tácito de “compadres” acadêmicos que promovem a “conspiração do silêncio” em torno da transição imperialismo-socialismo e, que, em seu lugar, substituem-na pela estruturação de análises baseadas em “modelos” apriorísticos.

Em outros termos, essas escolas que se autointitulam “do pensamento nacional”, ao invés de orientar o sentido da historiografia para a atualidade, - contribuindo de algum modo na superação da crise e dos desafios que se impõe na ordem do dia - abandonam o fio de Ariadne da História balizada pela tese central de que “sem ideologia do desenvolvimento, não há desenvolvimento nacional” (PINTO, 1960, p.29), em troca da autopromoção intelectual garantida pelos arraiais universitários ligados a interesses forâneos.

Como é de se esperar, o resultado do imbróglio não poderia ser diferente, pois vida de regra o predomínio do compromisso com o “status quo” se manifesta no ambiente acadêmico por uma via de mão dupla: a) primeiro na elaboração de falsas hipóteses que se reproduzem em larga escala procurando assegurar o “monopólio das ideias” e o controle do “mercado de ideias” como é o caso dos grupos de pressão dos maiores centros de pesquisa localizados no eixo Rio-São Paulo; e b) segundo, pela subordinação indiscriminada à ciência estrangeira ou qualquer “espécie” de ciência autóctone sem compromisso algum com o “bom senso nacional”, - critério básico de investigação sistemática das peculiaridades das formações sociais complexas esboçadas pelos fenômenos em suas múltiplas determinações (políticas, econômicas, sociais, naturais, culturais, etc.) sem perder de vista o processo geral.

Em linhas gerais, se tomarmos como ponto de partida a recente historiografia, - ou nova historiografia como se tem chamado - não é difícil perceber que a continuidade do debate sobre o desenrolar do processo de industrialização no Brasil tem enfrentado grandes obstáculos para se firmar no ambiente intelectual. O próprio tema da desnacionalização da economia brasileira, questão fundamental da problemática nacional, ainda se encontra em estado latente de “generalização” quando não de explicação, fato que comprova a lentidão em que se desenvolve o debate no país, e que aliás, só reforça nosso argumento histórico da persistência das peculiaridades do feudalismo brasileiro que se move no espectro político, social e intelectual de modo lento, gradual e seguro.

Na verdade, o ritmo do debate tem-se revelado em perfeita sintonia com a dança do “samba do crioulo doido”, que desde os anos 1980 foi perdendo seu “gingado” para a mecânica “pop” do imperialismo norte-americano, - aquele padrão “musical” dominante, que tem na inflação “a inimiga número um”, combinada com a “harmonia da desindustrialização” ao coro unívoco da melodia cantada pelas políticas cambiais, fiscais, creditícias, etc., comumente cambaleantes.

Ora, diante do *mainstream* acadêmico, não seria forçoso dizer que os avanços da ciência social brasileira lidas aqui em sua totalidade – isto é, sob os interesse nacional-popular - fornecem elementos mais convincentes para a argumentação que aqui se almeja, pois, a natureza das amarras “intelectuais” produzidas *in loco* nas universidades têm cada vez mais limitado a compreensão dos fenômenos complexos que se dá na transição em curso – mesmo que aos “trancos e barrancos” - do capitalismo ao socialismo em troca de um apelo quase “insofismável” ao rigor da teoria que rompe com o processo histórico, e com a própria visão da história como ciência.

Nesse sentido, nada mais apropriado do que tecer uma breve nota sobre a divisão planificada do trabalho que tem seu centro dinâmico ancorado no sudeste asiático, a partir dá aproximação com a clássica paródia de Sérgio Porto (pseudônimo Stanislaw Ponte Preta), “O Samba do Crioulo Doido”, que longe de ser gratuita, fornece, a princípio, um quadro válido para explicar o revisionismo que tem ditado os rumos da “nova” historiografia brasileira, e seus paladinos afeitos em reinterpretar o Brasil a luz de juristas apegados a “instituições herdadas do passado, de modo que, deixados ao seu alvedrio, estarão sempre ocupados em reconstruir alguma coisa, não raro já caduca e perempta” (RANGEL, 1986a).

Como se sabe, o desenvolvimento econômico e social chinês dirigido pelo Partido Comunista nos últimos cinquenta anos tem demonstrado um dinamismo colossal diante do mundo ocidental, não só pelos altos índices de crescimento que o país mantém em ritmo acelerado, mas também por uma plêiade de elementos geográficos, econômicos e culturais, que garantiram a precoce unificação nacional em meados do século III a.C. quando a dinastia Qin na figura de rei Shi Huangdi “recomeçou a construção da Grande Muralha” (MAMIGONIAN, 2008b, p.45).

Um país que, aliás, embora se mantenha nas fronteiras do subdesenvolvimento diante das humilhações sofridas no passado pelo “condomínio imperialista composto pela Inglaterra, França, Alemanha, Japão, Rússia” no século XIX (MAMIGONIAN, 2008a, p.42), hoje se encontra em marcha forçada em transição ao socialismo (MAMIGONIAN, 2008a), combinando um crescimento de quase 35 vezes no período que se estende de 1978 a 2017 sob a taxa média anual de 9,5% (ROSS, 2018) com deficit na balança comercial, sobretudo pelos investimentos de suas receitas em alguns países da África e da América Latina onde o capital norte-americano e europeu não conseguiu chegar (OLIVEIRA, 2008).

Isso indica que há uma mudança na direção dos ventos, pois a tentativa de desacelerar o crescimento econômico da China nos últimos anos com inúmeras guerras comerciais, os EUA têm infortunadamente demonstrado ao mundo a superioridade do sistema econômico socialista chinês, oriundo de um forte planejamento estatal, que tem

crescido mais que o dobro da economia americana, investindo em tecnologia avançada como inteligência artificial, computação quântica e biotecnologia (ROSS, 2019).

Com efeito, considerando os feitos realizados pelo Partido Comunista Chinês (PCC) ao longo desses cinquenta anos de transição e abertura comercial ao mundo a cargo do binômio Mao-Deng, seria um equívoco entoar coro junto ao filósofo francês Alan Badiou, no qual diz que a forma-partido (o príncipe-moderno) estaria suplantada no século XXI, ou mesmo que o paradigma leninista de tomada do poder estatal estaria hoje superado (KEUCHEYAN, 2015).

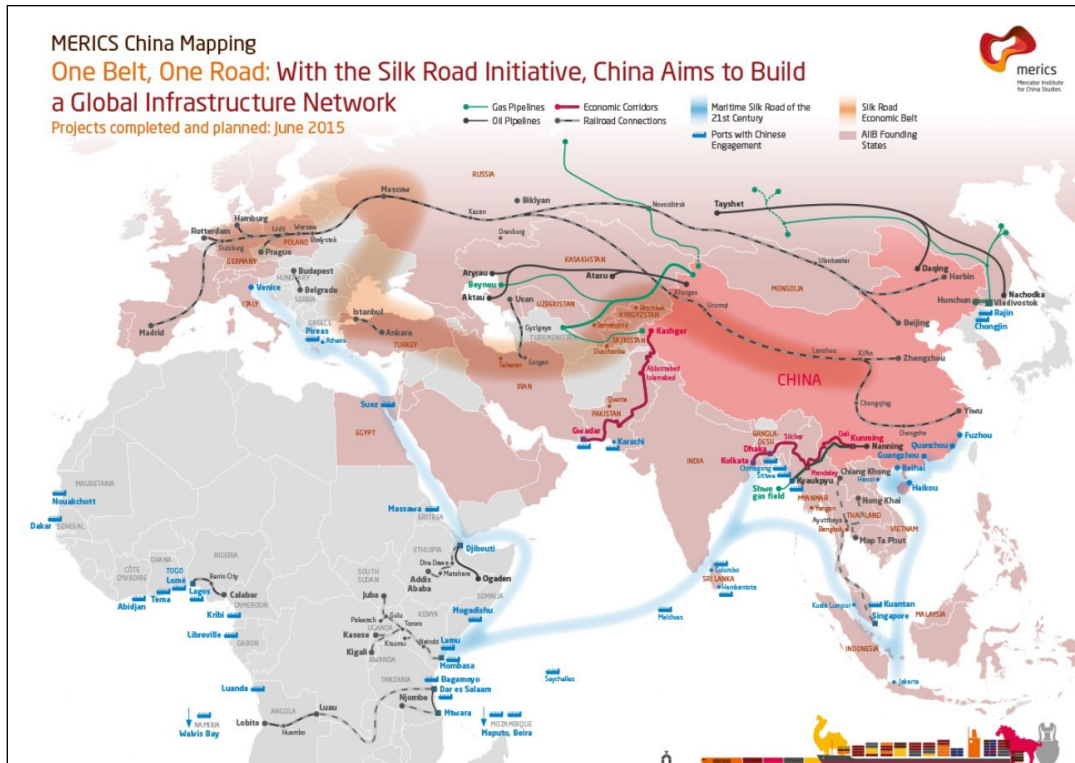
Frente a esse cenário mundial é justamente as certezas diretivas que mobilizam blocos geopolíticos e geoeconômicos entre Estados-Nação periféricos e centrais num alto grau de complexidade sistêmica que se devem buscar as mudanças no ordenamento aberto pelas lacunas deixadas pela divisão internacional do trabalho já em transição a divisão planificada do trabalho.

Se os chamados ciclos longos de acumulação hoje gerenciam a economia mundial, é no resultado da direção das classes dominantes internas de cada Estado Nacional que se podem alçar uma via de superação das contradições expostas pelas relações de produção internas e externas frente ao desenvolvimento de suas forças produtivas (MAMIGONIAN, 2018).

Todavia, é preciso ter em mente que a transição capitalismo (imperialismo) ao socialismo não se esgota nas inovações promovidas pela revolução científico-técnica ora em curso ancoradas no “socialismo com características chinesas”, pois elas precisam ser enquadradas jurídicas e politicamente a uma nova condicionante externa, isto é, os termos de intercâmbio do comércio internacional. Isso quer dizer, que o pano de fundo que move as engrenagens da 3ª Revolução Industrial está intimamente ligadas a possibilidade de integração das economias nacionais em “formas socialistas” de comércio exterior, isto é, aquilo que segundo Rangel (1982b, p.24), consistiria em uma Divisão Planificada do Trabalho (DPT) “no campo internacional”, - uma forma aliás ampliada de um comércio planificado de Estado.

Ora, a China, a partir do lançamento em 2013 da Nova Rota da Seda conhecida como programa “One belt, one road” (Figura 1), tem desafiado o imperialismo e suas práticas de comércio exterior de tipo tradicional (capitalista) cujas “permutas de excedentes” são “mais ou menos eventuais” (RANGEL, 1982b, p.24), ao ampliar sua área de influência mundial através da “diplomacia da dívida”, investindo em infraestruturas a juros baixos e com carências de longo prazo em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento¹⁷.

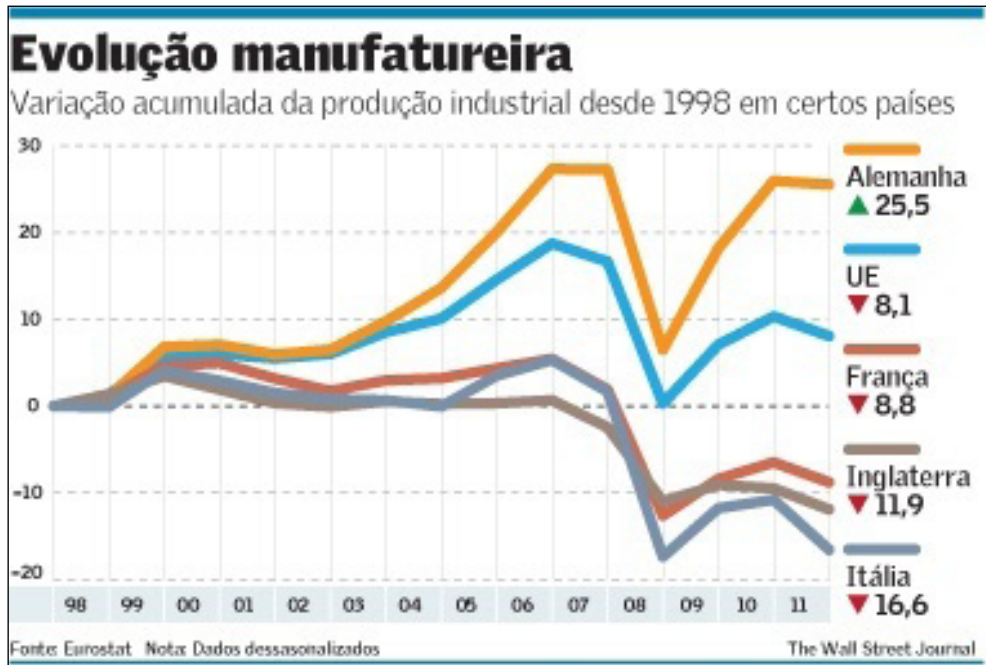
De 2013 para cá, China possui um montante de empréstimos e créditos no exterior como algo em torno de US\$ 1.500 bilhões em infraestruturas¹⁸ espalhadas pela Ásia, África e Europa¹⁹, como é o caso do recente investimento de US\$ 6 bilhões – 60% de empréstimos do governo chinês – para a construção da ligação ferroviária eletrificada de 1.035 km entre a cidade de Kunming na China e a capital Vientiane no Laos²⁰, bem como a construção da nova capital administrativa do Egito a leste do Cairo, com investimentos na ordem de US\$ 3 bilhões pagos pelos bancos estatais da China.



Fonte: Diplomatic World, <https://thediplomat.com/2015/09/chinas-silk-road-initiative-is-at-risk-of-failure/>

Figura 1. Rotas Terrestres e Marítimas da Nova Rota da Seda.

Trocando em miúdos, o Projeto de desenvolvimento chinês “One belt, one road” tem forçado nos últimos anos a consolidação da paz ao colocar o planejamento do comércio exterior a um alto grau de complexidade, pois se nos anos 1980, a construção dos 5.000km do gasoduto transiberiano pela parceria da URSS e dos países da OTAN, representaram uma possibilidade de planificação do comércio exterior, diminuindo assim, os riscos de guerra, pelo simples fato do dinheiro investido pelo Ocidente (RANGEL, 1982b), hoje, a situação é outra, já que a China tem induzido o mundo capitalista a retomar as inversões, como é o caso do Plano “Global Gateway” lançado recentemente pela União Europeia, que pretende investir 300 bilhões de euros em países em desenvolvimento nos setores de infraestrutura²¹ como tentativa de evitar a desindustrialização na Europa (Figura 2).



Fonte: The Wall Street Journal (2013).

Figura 2. Evolução manufatureira em países europeus (1998-2011).

Por outro lado, alguns autores têm chamado atenção para a perda de participação industrial dos países europeus muito por conta da iniciativa chinesa “Nova Rota da Seda”, mas em resumo, poder-se-ia afirmar aqui, com Mamigonian (2021), que a complexidade do fenômeno da desindustrialização é muito mais ampla e complexo, se vistos em sua totalidade a partir das combinações das Revoluções Industriais com as relações centro-periferia imperialista, pois se

Depois de bloqueada pelos EUA nos anos 1980, a Terceira Revolução Industrial, provavelmente a última, está se acelerando, como na robotização. O mercado mundial de robótica industrial deverá crescer de US\$ 45 bilhões anuais em 2020 para US\$ 73 bilhões em 2025 (The Economist, Estadão 16/1/2021). Mas o que a imprensa ocidental não diz é que estes avanços nos países capitalistas aumentará o desemprego, enquanto no planejamento chinês o rápido avanço da robotização deverá levar, nas próximas décadas, à diminuição da jornada de trabalho. Hoje em dia alguns países pequenos passaram a adotar a semana de cinco dias de trabalho. A diminuição da jornada de trabalho que ocorreu com a Segunda Revolução Industrial será mais importante com a atual Terceira Revolução Industrial. Os países capitalistas terão dificuldade de iniciá-la devido à concorrência entre eles, mas serão forçados a adotá-la, até visando salvar o capitalismo, depois que a China iniciar o processo, que deverá inaugurar uma fase superior do socialismo, combinando planejamento central com autogestão nas fábricas. Diante do exemplo chinês, certamente os sindicatos dos

trabalhadores nos países capitalistas, começando pela França e pela Alemanha, forçarão seus governos e empresas a adotar a diminuição, instituindo novas relações entre empresas e sindicatos (MAMIGONIAN, 2022, p.110)

Dessas considerações, acrescentaríamos aqui uma outra, pois no caso das formações periféricas, a transição capitalismo-socialismo posta em marcha no século XXI, fica evidente que o elevado grau de planejamento do comércio exterior levará o socialismo “pela mesma porta por onde entraram os outros modos de produção, tanto pré-capitalistas, como capitalistas”, isto é, pelos “impulsos engendrados no exterior” (RANGEL, 1982a, p.125), sobretudo pela China, que tem demonstrado que o “planejamento econômico não é apenas um instrumento capaz de permitir a um país prescindir em grande parte do comércio exterior”, - como uma espécie de autarcia – mas também uma ferramenta “que pode ser utilizado para, pelo aumento do intercâmbio, aumentar o grau de integração da economia do sistema” e do mundo (RANGEL, 1982b, p.28).

Por fim, cabe ao Brasil retomar sua participação ativa e altiva nas relações exteriores, sendo capaz de defender seus interesses soberanos, na medida em que reencontre seu destino nos trilhos da terceira revolução industrial ora em curso.

NOTAS

2 É interessante observar que a crítica ao neoliberalismo esboçado por Soares quando afirmar que “política pública é a negação da rede de proteção social” ou, em outras palavras, “é a entrega da vida ao comando do mercado” (SOARES, 2014a, p.135) não passa de um empirismo vulgar já denunciado por Hegel, ou de um positivismo acrítico da qual nos conta Marx, pois afinal, reduz o significado de uma guerra através do recurso da lógica binária restrita a “generalizações vazias” que não leva em conta “o contexto histórico e o contencioso geopolítico e geoeconômico” (AZZARÁ, 2012, p.157). Ora, quando Soares (2014a, p.138) diz que “o PT constrói sua própria derrota quando fica divulgando que transformou todo mundo em classe média, que gerou um sistema de mercado com oportunidade para todos”, e daí segue com inúmeros exemplos empíricos, tais como, “que o pobre, burro desinformado, ignorante, que melhorou de vida comece a se sentir rico e aí como é praxe, entre os ricos neste país com forte herança colonial-escravista, comece a ter desprezo e até mesmo raiva do pobre”, ou mais adiante, quando afirma que o “pobre que virou classe média pensa como esta e passa a não gostar de pobre”, ou que até mesmo o “cara que trabalha no mercado financeiro, enche a conta de dinheiro, mas tem raiva do Lula, porque não percebe que o cassino financeiro foi estimulado pelo PT”, mas pressupõe que enriqueceu por próprio brilhantismo, ou que até mesmo, o varejista que expandiu suas redes de lojas vendendo para pobre, se expandiu por “competência própria”, na verdade, o que se pode ler dessas conclusões é o nítido reconhecimento dos direitos sociais garantidos pelo Estado Providencial (Welfare State), chame-se de políticas públicas, ou rede de proteção social. Aliás, esse típico processo de dedução binária, cara a lógica positivista, é o mesmo

que permitiu Friedrich August Von Hayek, “patriarca do neoliberalismo e Prêmio Nobel de Economia em 1874”, reconhecer a influência da revolução marxista russa no Ocidente, mesmo que as avessas, quando criticou deliberadamente a declaração dos direitos humanos sancionados pela ONU (LOSURDO, 2015, p.372).

3 É que, segundo o autor, “entre um esforço de conceituação científica do subdesenvolvimento, por muito bem-sucedido que seja, e um programa de ação política prática há uma grande distância a vencer” (RANGEL, 1968, p.7).

4 Segundo Costa (2017b), desde já é preciso tomar quatro medidas conjugadas: (a) “transformação progressiva e ordenada da dívida pública em investimento produtivo, em obras de infraestrutura e em novas fábricas; (b) controle da entrada e saída de capitais; (c) redução da taxa básica de juros para níveis internacionais; (d) administração do câmbio em um patamar favorável ao equilíbrio das contas externas; (e) uma política fiscal e monetária que busque a estabilidade dos preços”.

5 Sobre a influência dos ciclos econômicos na industrialização brasileira, ver (RAMOS; BASTOS, 2021).

6 A alusão ao termo militar Blitzkrieg se refere as inúmeras táticas de guerras-relâmpagos promovidos pelos EUA mundo afora, seja em seus estrangulamentos econômicos, como também em matéria de política especial, isto é, guerra de cunho militar.

7 Os grandes serviços de utilidade pública são fenômenos geográficos e econômicos muito complexos e que estão no centro do destino da nação brasileira na atual conjuntura. Atualmente, os referidos serviços no Brasil representam verdadeiros nós-de-estrangulamentos que precisam de maciços investimentos, muito próximos de 8,7 trilhões de reais investidos até 2038, para que o país volte a integrar a 20ª posição mundial em matéria de “infraestruturas” (Relatório 2020, Projeto Infra2038).

8 Até mesmo os ortodoxos, que chegaram a corrigir a série histórica do valor adicionado da indústria brasileira admitem que a participação do peso da indústria “foi de 25% em 1985 para 15% em 2011” (BONELLI; PESSOA; MATOS, 2013, p.49).

9 Para mais informação sobre a dualidade do Projeto Nacional Brasileiro em sua transição de Estado-Nação independente, isto é, um Estado em si, para constituir-se em Estado para si a partir da irrupção da Revolução Nacionalista de 1930 liderada por Getúlio Vargas ver a tese de doutorado (FFLCH-USP) de Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira, “A geografia e as bases da Formação Nacional Brasileira: uma interpretação fundamentada nas ideias de Ignacio Rangel (1998)”.

10 O conceito de bouleversement para Marx (1983, p.25), se limitava a uma época de mudança, de subversão, uma época de revolução, ou seja, o ponto em que o desenvolvimento das forças produtivas encontra entraves nas relações sociais de produção e, cujos “homens tomam consciência deste conflito, levando-o as últimas consequências”. Todavia, segundo Rangel (1963a, p.16), o caso brasileiro revela uma ampliação do conceito, pois aqui, via de regra, o caminho do desenvolvimento e da industrialização colocou no “posto de comando da economia pessoas que não acreditavam, nem no desenvolvimento nem na industrialização”.

11 Segundo Rangel (1963a, p.20) “a opção pelo planejamento – que envolve as opções pela unidade e pela soberania nacional, sem as quais aquele seria impossível – foi até

pouco tempo, fundamentalmente do tipo inconsciente e ingênuo. Todavia, vale lembrar que mesmo sob a espontaneidade do sistema, a ideia de planejamento que veio se desenvolvendo com a fundação do Estado Nacional, e sua construção da nacionalidade ao longo do século XIX e início do século XX, provou a capacidade de “aceitar transferências não compensadas de renda”, que mantiveram a unidade nacional como “prova de solidariedade”, - condição prévia para o plano – como o foram as obras da União no Nordeste, carecidas de “justificação econômica” (RANGEL, 1963a, p.16).

12 Até mesmo a União Soviética foi obrigada a perceber que a nação é uma pré-condição para o Plano, mesmo sob todas “as posições universalistas do internacionalismo proletário”, isto é, a nação é, objetivamente, a estrutura que melhor satisfaz as pré-condições do planejamento, adquirindo assim nova e decisiva razão de ser” (RANGEL, 1957b, p.15).

13 Para mais informações sobre o seminário e a apresentação dos painelistas ver “Era da Esperança. Teoria e Política no Pensamento de Celso Furtado (Org.) GAUDÊNCIO, F. de S.; FORMIGA, M. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

14 A literatura recorrente sobre o processo de desindustrialização brasileira, conforme aponta Morceiro (2012), encontra-se restrito a três grupos de abordagens (emprego, produção – valor adicionado, e desempenho do comércio exterior), que as vezes, as variáveis aparecem combinadas ou não. Ainda segundo o autor, não há consenso entre nas abordagens, seja nos aspectos de definição do conceito, pois as variáveis são imobilizadas de acordo com o arbítrio do pesquisador, seja no aspecto de conclusão se há ou não desindustrialização no Brasil. Se para alguns que combinaram as três variáveis em suas análises não houve desindustrialização no Brasil, como é o caso de Coriat (1989), que “sob a ótica do emprego” os números se mantiveram em níveis de equilíbrio, para outros, como (Oreiro, Bresser-Pereira, Cano, entre outros), a perda de participação nas duas outras variáveis (comércio exterior e valor adicionado) confirmam a hipótese da desindustrialização.

15 Sobre a intervenção do Estado aliada as grandes empresas familiares coreanas (Chaebols) na edificação dos Planos Quinquenais de Desenvolvimento Econômico (PQDE) que lograram a partir do planejamento econômico orientar o empresariado “a futura direção básica das políticas econômicas do governo” e construir a partir da cooperação entre governo, empresas e sociedade, um consenso capaz de estimular a industrialização, a estabilização e a modernização tecnológica, ver (YOON; SOUZA, 2001, p.340).

16 O recente trabalho publicado de (ROCHA; VIEIRA, 2021) são esclarecedores sobre a gênese e evolução do Brasil e do EUA, revelando, por exemplo, além de suas peculiaridades geográficas, econômicas, políticas, culturais, etc. que engendraram a via revolucionária (pequena produção mercantil) como motor primordial da acumulação capitalista, o papel do casamento do banco com a indústria nos EUA do final do século XIX que acabou por dar origem a um precoce capitalismo financeiro nacional, que se por um lado financiou a industrialização brasileira até os anos 1980, reagiu - semelhante ao capitalismo industrial inglês no século XIX, interrompendo o surgimento do capitalismo industrial brasileiro – bloqueando a irrupção de nosso casamento nacional dos nossos bancos com a nossa própria indústria.

17 Informações disponíveis em <<https://chinadialogue.net/en/business/8470-chinese-loans-to-africa-could-trigger-another-debt-crisis/>>.

18 Informações disponíveis em <<https://www.istoedinheiro.com.br/plano-chines-de-infraestruturas-deixa-paises-pobres-com-divida-oculta-diz-estudo/>>.

19 A China tem investido maciçamente na Europa, como é o caso do Porto de Pireus na Grécia, localizado em um dos maiores entroncamentos portuários que ligam a Europa, a Ásia e a África, administrado atualmente pela gigante estatal chinesa Cosco, que acaba de assumir participação de 35% na Container Terminal Tollerot GmbH (Hamburgo), além de ser “terceira maior exportadora de contêineres do mundo e quinta maior operadora de terminal portuário em termos de taxa de transferência”. Vale lembrar também da recente aquisição do controle do porto Haifa em Israel, pela Shanghai International Port Group. (MARDEL; GIAMELLO, 2021).

20 Informações disponíveis em <<https://www.voanews.com/a/can-europe-compete-with-china-s-belt-and-road-initiative-/6337145.html>>.

21 Informações disponíveis em <<https://www.istoedinheiro.com.br/o-plano-global-de-investimentos-da-ue-para-fazer-frente-a-china/>>.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia. América Latina: Presente, Passado e Futuro. In: **Revista Terra Livre**, n.10, (AGB) - Geografia, Espaço e Memória, jan.- jul., 1992, p.140-148.

AZZARÁ, Stefano G. Crítica ao liberalismo, reconstrução do materialismo. Entrevista com Domenico Losurdo. **Crítica Marxista**, n.35, Campinas, 2012, p.157-159.

BONELLI, Regis; PESSOA, Samuel; MATOS, Sílvia. Desindustrialização no Brasil: fatos e interpretações. In: **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. (Orgs.) BACHA, E., BOLLE, M. de. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BRECHT, Bertold. “Um Homem é um Homem” (pp. 145-218). In: **Teatro Completo 2**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. **Por um Brasil-Nação**. 2017. Disponível em <<http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/manifesto/17.04.Por-um-Brasil-Nacao.pdf>>. Acesso em 20/08/2018.

BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. **Reindustrialização como Projeto Nacional**. Le Monde Diplomatique Brasil, out. 2015. Disponível em <<http://bresserpereira.org.br/articles/2015/15.10-LMD-Brasil-Reindustrializa%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso 23/04/2018.

BLOOM, H. **A angustia da influência: uma teoria da poesia**. (Tradução de Miguel Tâmen). Lisboa: Edições Cotovia, 1991.

CASTRO, Antônio Barros de. **7 ensaios da economia brasileira**. Vol.1. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988.

CORRÊA, José Rossini C. Campos do C. Eu e Ele: minhas memórias de Ignacio Rangel. In: **A singularidade do pensamento de Ignacio Rangel**. (Orgs.) SILVA, R. N. P.; SOUSA, J. U. P. São Luís: IMESC, 2008.

- CORSI, Francisco Luiz. Política externa, projeto nacional e política econômica ao final do Estado Novo. **Política e Sociedade**, n.12, abr. de 2008.
- COSTA, Darc. **Em Prol do Ocidente Profundo**, 2017b. Disponível em <<http://www.patrialatina.com.br/em-prol-do-ocidente-profundo/>>. Acesso 30/10/2017.
- COSTA, Darc. **O Brasil na Era Trump**, 2017a. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/opiniao/brasil-na-era-trump-20884158>>. Acesso em 30/10/2017.
- COSTA, Darc. Conversas Informais. In: **Memórias do desenvolvimento** – Ano 5, n.5, (2016). Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2007.
- COSTA, Darc. Integrar é desenvolver a América do Sul. In: **Integração da América do Sul**. Brasília: FUNAG,2010b.
- COSTA, Darc. Palestra 1: Estratégia de desenvolvimento nacional de longo prazo. In: **I Seminário da ASSECOR** – “Estado, Planejamento e Desenvolvimento”. Brasília: ASSECOR, 2010a.
- DELFIN NETTO, Antônio. Um projeto de Nação, por favor. **Revista IHU-Online**, 2017. Disponível em <<https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/571634-um-projeto-de-nacao-por-favor>>. Acesso 08/10/2019
- DELFIN NETTO, Antônio. É preciso aprender. In: **Revista Carta Capital**, ed.896, Opinião, abril, 2016, Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/896/e-preciso-aprender>>. Acesso em 07/02/2018.
- DELFIN NETTO, Antônio. Deem-me o ano e não se preocupem com décadas. In: **Jornal do Brasil** (Revista Econômica), Rio de Janeiro, 20 de março, 1970, p.3.
- GOMES, Ciro. **Projeto Nacional: o dever da esperança**. São Paulo: Leya, 2020.
- GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- KANT, Immanuel. **A Paz Perpétua: um Projeto Filosófico**. Trad. Artur Morão. Textos Clássicos de Filosofia. Covilhã: Universidade da Beira interior, 2008.
- KEUCHEYAN, Razmig. **Alain Badiou: Evento, fidelidade, Sujeito**. 2015. Disponível em: <<https://overquil.wordpress.com/2015/04/11/alain-badiou-evento-fidelidade-sujeito-por-razmig-keucheyan/>>. Acesso em: 21 de jul. 2018.
- LENIN, Vladimir I. **Obras Completas: Tomo 25 – marzo-julio de 1914**. Moscú: Editora Progreso, 1984.
- LESSA, Carlos Francisco T. M. Ribeiro de. **Estamos abrindo mão da identidade nacional**, 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/09/11/estamos-abrindo-mao-da-identidade-nacional-diz-carlos-lessa/>>. Acesso em 22/10/2017.
- LESSA, Carlos Francisco T. M. Ribeiro de. Conversas Informais. In: **Memórias do desenvolvimento** – Ano 5, n.5, 2016b. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2007.
- LESSA, Carlos Francisco T. M. Ribeiro de. **BNDES quer privatizar o Brasil**. A sociedade quer isso?, n.120, 2016a. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/120/o-bndes-quer-privatizar-o-brasil-2607.html>>. Acesso em 22/10/2017.

- LESSA, Carlos Francisco T. M. Ribeiro de. **Quem lidera?**, 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/843/quem-lidera-5452.html>>. Acesso em 22/10/2017.
- LESSA, Carlos Francisco T. M. Ribeiro de. **Projeto Nacional e democracia**, 2011. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/158201-1>>. Acesso em 22/10/2017.
- LESSA, Carlos Francisco T. M. Ribeiro de. Infraestrutura e Logística no Brasil. In: CARDOSO JR, J. C. **Desafios ao Desenvolvimento Brasileiro** – contribuições do conselho de orientação do Ipea – Livro 1. Brasília: Ipea, 2009.
- LOSURDO, Domenico. Revolução de outubro e democracia no mundo. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis – PPGICH**. Florianópolis, v.12, n.1 jan/jun-2015. Tradução de Marcos Aurélio da Silva. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2015v12n1p361>>. Acesso: 07 de ago. 2018.
- LUKÁCS, Georg. **Velha e Nova Cultura**. 1978. Velha e Nova Cultura, de György Lukács, foi publicado originalmente em 1920 na revista Kommunismus, nº 43.. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lukacs/1920/mes/cultura.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2018.
- MAMIGONIAN, Armen. O enigma brasileiro atual: Lula será devorado?. In: **Brasil e Mundo no início do século XXI: geografia, história e economia**. MAMIGONIAN, A.... [et al.] (Orgs.) 1ª Ed. Florianópolis, SC: UFSC, 2021.
- MAMIGONIAN, Armen. Ascensão da China e rivalidade com os EUA. In: **Quando acordei o Dragão estava lá: A geografia da China no século XXI** (Org.) MARTIN, A., MAMIGONIAN, A., RIBEIRO, F. G. dal B., SANTOS, K. L. São Paulo: Hucitec, 2022, p.87-110.
- MAMIGONIAN, Armen. O mundo no final do século XX e início do século XXI. **Boletim Paulista de Geografia**, n.100, (Edição Comemorativa), p.173-205, 2018.
- MAMIGONIAN, Armen. Ignácio Rangel e seus interlocutores. In: HOLANDA, F. M. de et al. (Org.). **Ignácio Rangel: Decifrador do Brasil**. São Luís: Edufma, 2014.
- MAMIGONIAN, Armen. As bases naturais e sociais da civilização chinesa. In: **Geografia Econômica**. Anais de Geografia Econômica e Social. Grupo de Pesquisa/CNPq Formação Sócio-Espacial: Mundo, Brasil e Regiões. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: Impressão no Departamento de Geociências, 2008b, p.41-66.
- MAMIGONIAN, Armen. A China e o marxismo: Li Dazhao, Mao e Deng. In: ROIO, M. d. (Org.) **Marxismo e Oriente: quando as periferias tornam-se os centros**. São Paulo: Ícone; Marília, SP: Oficina Universitária da FFC-Unesp Marília, 2008a, p.179-182.
- MARDEL, Jacob. GIAMELLO, Giovanni. **COSCO takes in Hamburg Port Terminal**. 2021. Disponível em: <<https://merics.org/en/tracker/cosco-takes-stake-hamburg-port-terminal>>. Acesso em 02/11/2021.
- MARX, Karl. **A guerra civil na França**. Seleção de textos. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. Prefácio. MARX, K. **Contribuição a Crítica da Economia Política**. 2 Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. A ideia de Nação no Brasil. In: **Nação, Câmbio e Desenvolvimento**. (Org.) BRESSER-PEREIRA, L. C. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- MORCEIRO, Paulo César. Adensamento produtivo e esgarçamento do tecido industrial

- brasileiro. Unicamp, **Economia e Sociedade**, v.29, n.3, set./dez. 2020.
- MORCEIRO, Paulo César; TESSARIN, Milene S. **Desenvolvimento Industrial em Perspectiva internacional comparada**. Instituto de estudos para o desenvolvimento industrial, 2019. Disponível em: <https://iedi.org.br/media/site/artigos/20190802_desind_intern_comp.pdf>. Acesso em 18/08/2021
- MORCEIRO, Paulo César. **A indústria brasileira no limiar do século XXI: uma análise de sua evolução estrutural, comercial e tecnológica**. (Tese de Doutorado). FEA-USP, Departamento de Economia, 2018.
- MORCEIRO, Paulo César. **Desindustrialização na economia brasileira no período entre 2000-2011**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita, Araraquara, Departamento de Economia, 2012.
- OLIVEIRA, Amaury Porto de. A China constrói uma parceria estratégica com a África. In. **Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – III CNPEPI: (2: Rio de Janeiro: 2008): O Brasil no mundo que vem aí**. Seminário: China. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.
- OREIRO, José Luis. **O retorno do rentismo no Brasil**. 2021. Disponível em: <<https://www.fundacaoastrojildo.org.br/rpd-jose-luis-oreiro-o-retorno-do-rentismo-no-brasil/>>. Acesso 1/12/2021.
- OREIRO, José Luis. **Espantos e fábulas**. Jornal do Brasil, 03 abr. 2018. Disponível em: <<https://jlcoreiro.wordpress.com/tag/samuel-pessoa/>>. Acesso 20/03/2021.
- PEREIRA, Raquel Maria Fontes do A. **Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna**. Florianópolis: UFSC, 1989.
- PESSOA, Samuel. **Comentário ao livro “Projeto Nacional; o dever da Esperança de Ciro Gomes**. Mar. 2021. 3ª versão. Disponível em: <<https://blogdoibre.fgv.br/posts/comentario-ao-livro-projeto-nacional-o-dever-da-esperanca-de-ciro-gomes>>. Acesso 18/08/2021.
- PINTO, Álvaro Borges Vieira. **Ideologia e desenvolvimento nacional**. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.
- PROJETOINFRA2038. **Relatório2020**. Perspectivas para o avanço da infraestrutura brasileira: os desafios da pandemia e seus desdobramentos. Disponível em: <https://159146a3-f37e-4128-a17e52af8299c800.filesusr.com/ugd/63fe2f_d467f2188ebc45ebb3bf7ba1db0afb7a.pdf>. Acesso 23/03/2023.
- AUTOR; BASTOS, José Messias. Notas sobre a via prussiana brasileira e a industrialização no oeste paulista, in: XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, São Paulo, **Anais do XIV ENANPEGE**. Campina Grande: Realize Editora, 2021.
- RANGEL, Ignacio Mourão. **Obras Reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005b. Vol. 2.
- RANGEL, Ignacio Mourão. **Obras Reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005a. Vol.1.
- RANGEL, Ignacio Mourão. Recursos Ociosos e política econômica. In: **Obras reunidas/ Ignacio Rangel**. Rio de Janeiro: Contraponto, [1960-80] 2005. v.1, p. 447-535.
- RANGEL, Ignacio Mourão. O mercado e o plano. **Folha de São Paulo**, 13/6/1991b. Dinheiro 3.
- RANGEL, Ignacio Mourão. Apostasias. **Folha de São Paulo**, 2/1/1991a. B-2 Opinião Econômica.

- RANGEL, Ignacio Mourão. Pressupostos do Plano. **Folha de São Paulo**, 27/1/1990c. B-2 Opinião Econômica.
- RANGEL, Ignacio Mourão. **Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro**. 2ª Ed. São Paulo: Bional, 1990b.
- RANGEL, Ignacio Mourão. Fogo, Blindagem e Conjuntura. In: **Geosul**, n.10, Florianópolis: Ed. UFSC, 1990a.
- RANGEL, Ignacio Mourão. **A Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Bional, 1987b.
- RANGEL, Ignacio Mourão. O futuro da dívida externa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 67, nº21.170, 20 mar 1987a, Opinião Econômica, p.A-20.
- RANGEL, Ignacio Mourão. Acerto por equívoco. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 66, nº20.964, 20 mar 1986c, Opinião Econômica, p.A-30.
- RANGEL, Ignacio Mourão. A inflação e o juros. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 66, nº20.819, 03 abr 1986b, Economia, p.16.
- RANGEL, Ignacio Mourão. Federalismo e Unitarismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 66, nº20.989, Opinião Econômica, 20 de set. 1986a, p.74.
- RANGEL, Ignacio Mourão. Dualidade e ciclo longo. São Paulo, **Revista de Economia Política**, v. 4, n.1, 1984.
- RANGEL, Ignacio Mourão. A Polônia e o Ciclo Longo. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**. SILVEIRA, Ênio; *et al.* Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1982b. (Encontros com a civilização brasileira, v.29).
- RANGEL, Ignacio Mourão. **Ciclo, Tecnologia e Crescimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982a. (Coleção Retratos do Brasil; v.158).
- RANGEL, Ignacio Mourão. A 4ª Dualidade. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**. SILVEIRA, Ênio; *et al.* Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1980b. (Encontros com a civilização brasileira, v.25).
- RANGEL, Ignacio Mourão. Dualidade e escravismo colonial. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, 1(3): 79-92, set. de 1978.
- RANGEL, Ignacio Mourão. Prefácio à Losada Aldana. In: **Dialética do Subdesenvolvimento**. Tradução de Ignácio M. Rangel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- RANGEL, Ignacio Mourão. **A inflação brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1963b.
- RANGEL, Ignacio Mourão. A economia e a política ou Resposta a Guerreiro Ramos. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n.4-5, p.14-24, jun-set, 1963a.
- RANGEL, Ignacio Mourão. **Balancear Recursos para Projetar**. Serviço de Imprensa Inter, Rio de Janeiro, Edição Diária, n.23, 1958b.
- RANGEL, Ignacio Mourão. **Bases de um Programa de Desenvolvimento Nacional**. Serviço de Imprensa Inter, Rio de Janeiro, Edição Diária, n.21, 1958a.
- RANGEL, Ignacio Mourão. **Dualidade Básica da Economia Brasileira**. Textos brasileiros de Economia -21.4.-. Rio de Janeiro: ISEB, 1957b.
- RANGEL, Ignacio Mourão. Desenvolvimento e Projeto. **Separata** n.9, Belo Horizonte, Revista Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, 1957a.
- ROCHA, Isa de Oliveira; VIEIRA, Maria Graciana E. de Deus. Notas sobre a formação

social dos Estados Unidos da América. In: **Brasil e Mundo no início do século XXI: geografia, história e economia**. MAMIGONIAN, A.... [et al.] (Orgs.) 1ª Ed. Florianópolis, SC: UFSC, 2021.

ROSS, John. **Despite himself Trump admits the superiority of China's socialist economy to capitalism**. 2019. Disponível em: <<https://www.learningfromchina.net/despite-himself-trump-admits-the-superiority-of-chinas-socialist-economy-to-capitalism%EF%BB%BF/>>. Acesso em: 02/03/2019.

ROSS, John. **China's is the fastest growth by a major economy in human history – 40 years of China's 'reform and opening up'**. 2018. Disponível em: <<https://www.learningfromchina.net/chinas-socialist-reform-and-opening-up-improved-the-lives-of-a-greater-proportion-of-humanity-than-any-other-country-in-human-history/>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

SANTOS, Manoel da Conceição. **Chão de minha Utopia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SANTOS, Milton. O intelectual e a Universidade estagnada. **Revista ADUSP** n.º 11. São Paulo: Edusp, out. de 1997.

SARAMAGO, José. Especial FSM – 2005: O ano em que Chávez foi ovacionado. In: **Sul 21**, Geral, 28 de novembro, 2015. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/jornal/especial-fsm-2005-o-ano-em-que-chavez-foi-ovacionado/>. Acesso em 17 jan. 2018.

SARAMAGO, José. Escritor português critica utopia e pede revisão conceitual da esquerda. In: **Folha de São Paulo**, Brasil, domingo, 30 de janeiro de 2005.

SOARES, Paulo de Tarso Presgrave L. Convergências entre Ignácio Rangel e Delfim Netto: uma leitura com base em Lenin. In: HOLLANDA, F. M de; ALMADA, J. U. P. S de; PAULA, R. Z. A de (Org.) **Ignácio Rangel, Decifrador do Brasil**. São Luís: Edufma, 2014b.

SOARES, Paulo de Tarso Pesgrave L. Políticas Públicas: confusão de ideias e/ou subordinação ideológica?. **Geosul**, v. 29, Florianópolis, ESPECIAL, p 117-142, jul./dez. 2014a.

SZPORLUK, Roman. **Comunism and Nationalism – Karl Marx versus Frederich List**. New York: OXFORD UNIVERSITY PRESS, 1988.

THE WALL STREET JOURNAL. 2013. **O risco da desindustrialização na Europa**. Por Stephen Fidler e Colaboração de Daniel Michaels. Disponível em: <<https://www.wsj.com/articles/SB10001424127887324082604578487714211039302>>. Acesso 23/10/2020.

TITAN JÚNIOR, Samuel. Que é uma Nação? De Ernest Renan. **Plural-Revista de Ciências Sociais/USP**, v.4, n.1, 1997, p.154-175.

TROTSKY, Leon. Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia. In: **História da Revolução Russa**. São Paulo: Ed. Sundermann, 2007.

YOON, Taek Dong; SOUZA, Nali de Jesus. de. Uma análise empírica sobre os fatores de desenvolvimento Econômico da Coreia do Sul: 1961-1990. **Estudos Econômicos (USP)**, São Paulo, v.31, n.2, 2001.